

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ano Financeiro 2025





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Câmara Municipal de Castelo Branco

Ano Financeiro 2025

Índice

Demonstrações Financeiras Consolidadas	5
Introdução	5
Relatório de Gestão Consolidado	9
Balanço Consolidado.....	37
Demonstração Consolidada de Resultados Por Natureza	39
Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	40
Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa.....	41
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	48
Demonstrações Orçamentais Consolidadas	106
Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental	105
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	106
Demonstração Consolidada de Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos.....	107
Conciliação saldos de caixa e seus equivalentes	108
Demonstração consolidada da posição do Orçamento da Receita	109

Índice Tabelas

<i>Tabela 1 - Entidades</i>	7
<i>Tabela 2 – Entidades Incluídas</i>	11
<i>Tabela 3 – Entidades Excluídas</i>	12
<i>Tabela 4 - Número médio de trabalhadores SMCB</i>	14
<i>Tabela 5 - Número médio de trabalhadores Albigeç</i>	15
<i>Tabela 6 - Número médio de trabalhadores CATAA</i>	17
<i>Tabela 7 – Trabalhadores por entidade</i>	21
<i>Tabela 8 – Lançamento 1</i>	22
<i>Tabela 9 - Lançamento 2</i>	23
<i>Tabela 10 – Lançamento 3</i>	23
<i>Tabela 11 - Lançamento 4</i>	24
<i>Tabela 12 - Lançamento 5</i>	25
<i>Tabela 13 - Lançamento 6</i>	26
<i>Tabela 14 - Lançamento 7</i>	26
<i>Tabela 15 - Lançamento 8</i>	27
<i>Tabela 16 - Lançamento 9</i>	27
<i>Tabela 17 - Lançamento 10</i>	28
<i>Tabela 18 - Lançamento 11</i>	29
<i>Tabela 19 - Lançamento 12</i>	30
<i>Tabela 20 - Lançamento 13</i>	30
<i>Tabela 21 - Endividamento consolidado de médio e longo prazos</i>	31
<i>Tabela 22 - Endividamento consolidado de curto prazo</i>	32
<i>Tabela 23 - Dívida Bruta Consolidada</i>	33
<i>Tabela 24 - Município de Castelo Branco</i>	34
<i>Tabela 25- Serviços Municipalizados de Castelo Branco</i>	34
<i>Tabela 26 - Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.</i>	35
<i>Tabela 27- CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco</i>	35

<i>Tabela 28 – Balanço Consolidado - Ativo</i>	37
<i>Tabela 29 - Balanço Consolidado – Passivo</i>	38
<i>Tabela 30- Demonstração de Resultados</i>	39
<i>Tabela 31 - Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido</i>	40
<i>Tabela 32 – Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa</i>	42
<i>Tabela 33 – Recebimento de Clientes</i>	43
<i>Tabela 34- Recebimentos de Transferência e Subsídios Correntes</i>	44
<i>Tabela 35 - Pagamento a Fornecedores</i>	44
<i>Tabela 36 - Pagamento de Transferência e Subsídios Correntes</i>	45
<i>Tabela 37 - Outros Recebimentos</i>	45
<i>Tabela 38 - Outros Pagamentos</i>	46
<i>Tabela 39 – Operações de Tesouraria - Pagamentos</i>	46
<i>Tabela 40– Operações de Tesouraria - Recebimentos</i>	46
<i>Tabela 41– Variação Líquida Total dos Fluxos Financeiros do Grupo</i>	47
<i>Tabela 42- Entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação</i>	49
<i>Tabela 43 - Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação</i>	50
<i>Tabela 44 - Desagregação de caixa e seus equivalentes</i>	52
<i>Tabela 45 – Perímetro da Contabilidade Orçamental</i>	53
<i>Tabela 46 - Ativos intangíveis consolidados - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas</i>	59
<i>Tabela 47 - Ativos intangíveis consolidados - Quantia escriturada e variações do período</i>	60
<i>Tabela 48 - Ativos intangíveis consolidados - Adições</i>	61
<i>Tabela 49 - Acordos de concessão</i>	65
<i>Tabela 50 - Ativos fixos da concessão</i>	66
<i>Tabela 51 - Vidas Úteis dos Ativos Concessionados</i>	67
<i>Tabela 52 - Acordos de Concessão - Reconhecimento inicial</i>	68
<i>Tabela 53- Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas</i>	74
<i>Tabela 54 - Quantia escriturada e variações do período (Consolidadas)</i>	75
<i>Tabela 55 - Adições</i>	76
<i>Tabela 56 - Diminuições - Consolidadas</i>	77

<i>Tabela 57 - Total de Gastos do Exercício com Empréstimos Obtidos</i>	78
<i>Tabela 58 - Total da Dívida Consolidada de Empréstimos Obtidos</i>	79
<i>Tabela 59 - Quantia escriturada e variações do período</i>	81
<i>Tabela 60 - Adições</i>	82
<i>Tabela 61 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa consolidados</i>	84
<i>Tabela 62 - Quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida consolidada</i>	84
<i>Tabela 63 - Inventários - quantias escrituradas</i>	86
<i>Tabela 64 - Inventários: movimentos do período</i>	86
<i>Tabela 65 - Rendimentos de transações com contraprestação consolidados</i>	88
<i>Tabela 66 - Rendimentos de transações sem contraprestação consolidados</i>	90
<i>Tabela 67 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i>	91
<i>Tabela 68 - Participações Financeiras</i>	93
<i>Tabela 69- Investimentos financeiros consolidados</i>	94
<i>Tabela 70 - Movimentos Ocorridos nas rubricas de Património Líquido Consolidado</i>	95
<i>Tabela 71 - Entidades controladas</i>	96
<i>Tabela 72 - Transações entre partes relacionadas</i>	97
<i>Tabela 73- Relação Nominal dos Responsáveis CMCB</i>	98
<i>Tabela 74 - Relação Nominal dos Responsáveis SMCB</i>	99
<i>Tabela 75- Relação Nominal dos Responsáveis Albigeç</i>	100
<i>Tabela 76 - Relação Nominal dos Responsáveis CATAA</i>	101
<i>Tabela 77 - Gastos e perdas consolidados</i>	102
<i>Tabela 78 - Rendimentos e ganhos consolidados</i>	103
<i>Tabela 79 - Fornecimentos e serviços externos consolidados</i>	104
<i>Tabela 80 - Gastos com o pessoal consolidados</i>	105
<i>Tabela 81 - Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental</i>	106
<i>Tabela 82- Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza</i>	107
<i>Tabela 83 - Demonstração Consolidada de Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos</i>	108
<i>Tabela 84- Conciliação saldos de caixa e seus equivalentes</i>	109
<i>Tabela 85 - Demonstração consolidada da posição do Orçamento da Receita</i>	110

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução

As competências e objetivos atribuídos aos Municípios em Portugal obrigam a que as autarquias encontrem soluções para corresponder às exigências na prestação de serviços públicos.

Como tem vindo a acontecer em anos anteriores e por decisão dos Órgãos Executivos, foi decidido manter uma estrutura empresarial dentro da esfera da administração autárquica no concelho de Castelo Branco, contando para o efeito com os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (SMCB) e com as empresas municipais Albigeç – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA (Albigeç), que sempre foram detidas pelo Município na sua totalidade e a Associação CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar de Castelo Branco (CATAA), no qual o Município detém uma participação de 94%.

Pela aplicação da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais - LFL), anterior à criação da empresa municipal, foi instituída a obrigatoriedade de prestação de contas consolidadas para os municípios que detivessem participações na totalidade do capital das empresas municipais e serviços municipalizados. Porém, de acordo com as orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), não existia na data de publicação da LFL um normativo contabilístico para as autarquias que permitisse elaborar contas consolidadas, pelo que estas não poderiam cumprir com esta disposição legal.

Posteriormente, com a publicação da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à Consolidação de Contas para o Setor Público Administrativo, onde se incluem os municípios, estabeleceram-se princípios orientadores e requisitos a considerar no processo de consolidação de contas. Adicionalmente foram publicadas pelo Subgrupo de Apoio Técnico da Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) a 28 de abril de 2011, instruções relativas à aplicação da consolidação de contas nos municípios.

Em 2013 é publicado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) que adensa os critérios e perímetros da consolidação de contas, n.º 1 do artigo 75º, mas que para efeitos de prestação de contas

consolidadas no Grupo Municipal de Castelo Branco não implicou qualquer alteração, pois já adotava o pressuposto da Orientação n.º 1/2010, de alargamento do perímetro a todas as entidades onde exercesse controlo.

Em 2020, com a adoção do novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, em 2020, a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, veio estabelecer os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo público com vista a apresentar a sua situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa como de uma única entidade se tratasse.

A mesma norma define ainda que, uma entidade que controle uma ou várias entidades, deve apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

O método de consolidação aplicado é o método integral. Este método consiste na integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras individuais das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Após esta integração, são eliminadas todas as operações intra grupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.

As presentes contas, para além dos já habituais balanços consolidados, demonstração de resultados consolidada, fluxos de caixa consolidados e os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, integram também um relatório de gestão consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado, a demonstração consolidada do desempenho orçamental, a demonstração consolidada de dívidas a terceiros e de terceiros e a relação nominal dos responsáveis do órgão da entidade consolidante.

Entre entidade consolidante CMCB e a entidade consolidada SMCB, foram elaboradas demonstrações consolidadas da execução orçamental da receita e da despesa (DDORC, DOREC e DODES) e a demonstração consolidada de dívidas a terceiros e de terceiros até 2024. A CATAA, no ano 2025, adotou o registo de contabilidade orçamental conforme preconizado na NCP 26 do SNC AP, no entanto, verifica-se a adoção do registo de contabilidade orçamental pela entidade, ainda com um grau reduzido de maturidade. Ainda assim, a partir de 2025 a preparação

Contas Consolidadas 2025

das demonstrações consolidadas (DDORC, DOREC, DODES e DTAS) englobou as 3 entidades (CMCB, SMCB e CATAA). A Albigec adota o SNC, pelo que não integra o perímetro de consolidação orçamental.

No quadro seguinte, estão reunidos os três grandes agregados do balanço (Ativo, Passivo e Património Líquido) e os Resultados do Exercício de 2025 das quatro entidades, bem como os respetivos valores consolidados:

Entidade	Ativo Total	Passivo	Património Líquido	Resultado do Exercício
Câmara Municipal de Castelo Branco	454 309 857,06 €	20 955 614,36 €	433 354 242,70 €	-2 272 303,03 €
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	121 388 941,23 €	33 959 745,92 €	87 429 195,31 €	-259 660,82 €
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA	1 167 379,18 €	314 167,71 €	853 211,47 €	9 968,23 €
CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	2 757 445,58 €	204 478,61 €	2 552 966,97 €	11 387,25 €
Movimentos de consolidação	-90 970 458,87 €	-235 649,81 €	-90 734 809,06 €	88 326,89 €
Consolidado	488 653 164,18 €	55 198 356,79 €	433 454 807,39 €	-2 422 281,48 €

Tabela 1 - Entidades

De referir que o quadro acima, apenas visa proporcionar uma comparação do peso relativo, que cada uma das entidades do perímetro de consolidação, representa nas demonstrações consolidadas.

Apesar do relativo peso das contas dos SMCB, o facto das contas individuais do Município terem em conta os resultados das restantes entidades através da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), aliado ao reduzido peso das entidades Albigec e CATAA, resulta que as contas consolidadas permanecem próximas dos valores das contas do Município.

Nos pontos seguintes é apresentada uma breve análise da evolução orçamental e financeira do grupo municipal, procurando evitar-se uma repetição da análise efetuada nas contas individuais da câmara municipal e das entidades municipais.

Relatório de Gestão Consolidado

1 - Caracterização da Entidade Consolidante - 2025

Município de Castelo Branco

Praça do Município
6000-458 Castelo Branco
NIF: 501 143 530

Composição do Órgão Executivo a 31/12/2025:**Presidente:**

Leopoldo Martins Rodrigues

Vereadores:

Christelle Varanda Domingos
Jorge Manuel Carrega Pio
José Augusto Rodrigues Alves
José Fernando Lameira Henriques
Margarida Lourenço Duarte
Sónia Cristina Cristóvão Mexia

Órgão de Fiscalização:

Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade:

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP

Data referência da Prestação de Contas:

31 de dezembro de 2025

Estado das contas individuais do exercício:

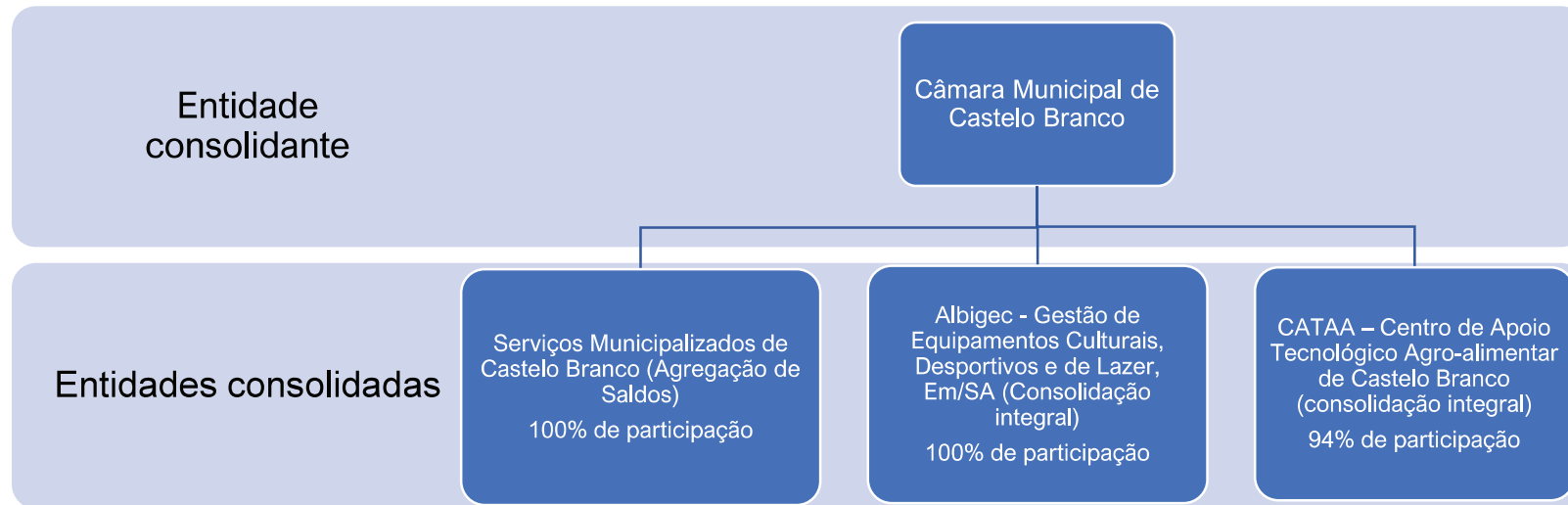
Aprovadas

Tipo de Entidade:

Município

2 – Entidades Participadas incluídas no Perímetro de Consolidação

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação		Valor escriturado do Capital no final de 2025 (€)	
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%		Valor nominal realizado (€)
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%	22 066 789,09 €	87 429 195,31 €
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal 6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%	50 000,00 €	853 211,47 €
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%	47 000,00 €	2 399 788,95 €
Total								90 682 195,73 €

Tabela 2 – Entidades Incluídas

Acresce também que o Município detém outras participações onde não existe relação de controlo e de domínio, que foram relevadas contabilisticamente pelo método do custo.

De acordo com as regras instituídas para a consolidação de contas, foi utilizado o método de consolidação integral:

- Na Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA;
- Na Associação CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco, distinguindo-se o valor dos interesses minoritários (6%);
- No caso dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco e conforme previsto, foi adotado o método de consolidação por agregação de saldos, (que em termos práticos se assemelha a uma consolidação integral a 100%).

Em termos de anulação das operações internas intra grupo procedeu-se à sua anulação em 100% em todos os casos. No caso específico da CATAA considerou-se que, sendo detida em 94%, a anulação das operações é efetuada a 100%, sem reconhecimento de interesses minoritários nestas anulações, o que não prejudicará a interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, até porque o valor recebido respeita, em regra, apenas e só ao Contrato-Programa, montante este totalmente da responsabilidade do Município.

3 – Entidades Participadas excluídas do Perímetro de Consolidação

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor escriturado no final de 2025 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,77%	24 950,00 €	24 950,00 €
Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Herdade da Marrás 7480-352 Figueira e Barros	10 000 000,00 €	599 719,00 €	6,00%	599 719,00 €	599 719,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/c 1400-195 Lisboa	417 857 175,00 €	1 236 294,00 €	0,30%	1 236 294,00 €	1 236 294,00 €
Total								1 860 963,00 €

Tabela 3 – Entidades Excluídas

4 – Caracterização das Entidades incluídas na Consolidação

Serviços Municipalizados de Castelo Branco (SMCB)

Avenida Nuno Álvares – Edifício dos SMAS, n.º 32

6000-083 Castelo Branco

NIF: 680 017 640

Composição dos Órgãos sociais:

Conselho de Administração a 31/12/2025:

Presidente:

Leopoldo Martins Rodrigues

Vogais:

Nuno Miguel Ferreira Lopes Silva

Sónia Cristina Cristóvão Mexia

Administrador:

Nuno Miguel Ferreira Lopes Silva

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP

Tipo de Entidade: Serviços Municipalizados

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas

Capital/participação detida: 100%, totalmente de forma direta

Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:

	2022	2023	2024	2025
Total de Trabalhadores Permanentes	137	150	155	156
Total de Trabalhadores Temporários	0	0	0	0
Outras Situações	3	1	0	0
Total de Trabalhadores	140	151	155	156

Tabela 4 - Número médio de trabalhadores SMCB

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: São serviços municipalizados, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são de inclusão obrigatória.

Método Consolidação aplicado: Simples Agregação

Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA

Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal
6000-458 Castelo Branco
NIF: 505 715 449

Composição do Conselho de Administração a 31/12/2025:

Presidente:

Leopoldo Martins Rodrigues

Vogais:

Hélio Pedro Gonçalves Lameiras

Nuno Miguel Ferreira Lopes da Silva

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.
Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Empresa Municipal

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas

Capital/participação detida: 100%, totalmente de forma direta

Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:

	2022	2023	2024	2025
Total de Trabalhadores Permanentes	35	41	44	39
Total de Trabalhadores Temporários	30	28	29	29
Total de Trabalhadores	65	69	73	68

Tabela 5 - Número médio de trabalhadores Albigeç

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: É uma empresa municipal detida a 100%, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória dado que existe controlo da entidade pelo município.

Método Consolidação aplicado: Integral

Associação CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar de Castelo Branco Zona Industrial - Rua A
6000-459 Castelo Branco

NIF: 509 528 678

Composição dos Órgãos sociais a 31/12/2025:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: António Augusto Cabral Marques Fernandes, em representação do associado Instituto Politécnico de Castelo Branco.

1.º Secretário: Elisabete Gil, em representação do associado InovCluster.

2.º Secretário: Célia Ferreira, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Direção

Presidente: Leopoldo Martins Rodrigues, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Vogal: Christelle Varanda Domingos, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Vogal: João José de Almeida Vilela, da empresa Maria Dias, em representação do associado InovCluster.

Conselho Fiscal

Presidente: Ricardo Filipe Gonçalves Batista em representação do associado Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Francisco Roque Lourenço – em representação do associado Município de Castelo Branco.

José Jesus Gonçalves Mendes - em representação da sociedade revisora de contas Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP

Durante 2025 a CATAA procedeu à conversão das contas para o novo referencial contabilístico, em virtude da sua reclassificação pelo INE e consequente obrigatoriedade de adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Não obstante, nos procedimentos de adaptação implementados, verificaram-se ainda algumas limitações ao nível da aplicação da contabilidade orçamental, decorrentes do processo de transição e ajustamento ao SNC-AP.

Tipo de Entidade: Associação Tecnológica Científica e de Formação, sem fins lucrativos e de natureza privada

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas

Capital/participação detida: 94%, totalmente de forma direta.

Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:

	2022	2023	2024	2025
Total de Trabalhadores Permanentes	24	23	25	23
Total de Trabalhadores Temporários	1	0	0	0
Total de Trabalhadores	25	23	25	23

Tabela 6 - Número médio de trabalhadores CATAA

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: É uma Associação sem fins lucrativos detida a 94%, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória dado que existe controlo da entidade pelo município.

Método Consolidação aplicado: Consolidação Integral.

5 - Caracterização das Entidades Participadas excluídas do Perímetro de Consolidação

Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação S.A.

Avenida Professor Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, N.º.11 – 3.ºB
Taguspark
2740-120 Porto Salvo
NIF: 504475606

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Capital/participação detida: 0,77%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Para além da participação ser de valor reduzido (0,77%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital:** 3.236.678,67 € (detidos: 24.950,00€)
- **Capital Próprio a 31.12.2025:** 3.420.843,12€
- **Resultado líquido de 2025:** 147.224,08€

VALNOR – Valorização de Resíduos Sólidos, S.A.

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos
Herdade das Marrãs
7480-352 Figueira e Barros
NIF: 505255090

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Capital/participação detida: 6%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Como o valor de participação é reduzido (6%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 10.000.000,00€ (detidos 599.719,00€)
- **Capital Próprio a 31.12.2025:** 20.710.099,00€
- **Resultado líquido de 2025:** 703.547,00€

Águas do Vale do Tejo

Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, nº. 21. r/ch

6300-693 Guarda

NIF: 513606130

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Capital/participação detida: 3,93%, detida pelo SMCB

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor reduzido (3,93%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, sendo que esta entidade pertence ao SEE (Sector Empresarial do Estado).

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 83.759.578,00 € (detidos 3.294.000,00€)
- **Capital Próprio a 31.12.2025:** 249.902.052,00€
- **Resultado líquido de 2025:** 10.652.153,25€

CESAB – Centro de Serviços do Ambiente

Zona Industrial Ponte de Viadores

3050-481 Mealhada

NIF: 502883308

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Associação sem fins lucrativos de direito privado

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Capital/participação detida: 3,02%, detida pelo SMCB

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Como o valor de participação é reduzido (3,02%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 745.000.000€ (detidos 22.500,00€)
- **Capital Próprio a 31.12.2025:** 1.398.193,63€
- **Resultado líquido de 2025:** 82.447,43€

6 - Recursos humanos do grupo público

Quer o Município quer as empresas municipais contam com um conjunto de colaboradores de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

Em 31-12-2025 o grupo público tinha 855 colaboradores ao serviço.



Tabela 7 – Trabalhadores por entidade

7.- Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação de 2025

7.1 – Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Lançamento 1

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	22 066 789,09	41111	87 429 195,31
551	1 339 035,77	6852	259 660,82
5521	1 921 435,18	561	28 738 416,61
5713	88 828 079,87		
5931	2 271 932,83		
Somatório:	116 427 272,74 €	Somatório:	116 427 272,74 €

Descrição:

Anulação da participação na CMCB e do Fundo Patrimonial dos SMCB

Tabela 8 – Lançamento 1

Lançamento 2

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
2251	81 752,10 €	2111	81 752,10 €
27229	129 559,03 €	27219	129 559,03 €
Somatório:	211 311,13 €	Somatório:	211 311,13 €

Descrição:

Anulação de saldos e contas correntes entre CMCB dos SMCB (Água, tarifas sociais e outros)

Tabela 9 - Lançamento 2

Lançamento 3

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
751132	495 718,78 €	60133	249 233,23 €
7883	85 574,16 €	68819	168 774,18 €
122	44 516,13 €	561	85 574,15 €
		27219	122 227,51 €
Somatório:	625 809,07 €	Somatório:	625 809,07 €

Descrição:

Anulação dos montantes relativos a tarifas sociais e proveitos de subsidios atribuidos pelo Municipio no passado

Tabela 10 – Lançamento 3

Lançamento 4

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
720301	317 404,67 €	6243	904 950,22 €
720302	225 445,65 €	6269	73 935,66 €
720399	161 995,58 €		
7112	247 165,51 €		
561	26 874,47 €		
Somatório:	978 885,88 €	Somatório:	978 885,88 €

Descrição:

Anulação de gastos e rendimentos relacionados com a água e conexos (calculos efetuados com uma taxa média de 2,82% de IVA)

Tabela 11 - Lançamento 4

7.2 – Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.

Laçoamento 5

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	50 000,00 €	41111	853 211,47 €
551	11 200,00 €		
5521	50 000,00 €		
5713	344 180,29 €		
5931	77 047,82 €		
7851	9 968,23 €		
561	286 476,45 €		
2789291	24 338,68 €		
Somatório:	853 211,47 €	Somatório:	853 211,47 €

Descrição:

Anulaçoão da participaçoão na CMCB e dos Capitais Próprios na Albigeç.

Tabela 12 - Laçoamento 5

Lançamento 6

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
561	2 955,25 €	27219	2 955,25 €
Somatório:	2 955,25 €	Somatório:	2 955,25 €

Descrição:

Anulação do acréscimo efetuado pela ALBIGEC em junho 2023, não se encontrado registado na CMCB e não foi feita a sua regularização

Tabela 13 - Lançamento 6

Lançamento 7

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
75119	357 852,94 €	60236	357 852,94 €
Somatório:	357 852,94 €	Somatório:	357 852,94 €

Descrição:

Anulação Contrato Programa 2025 da Albigeac (Isento de IVA).

Tabela 14 - Lançamento 7

Lançamento 8

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
7883	15 000,00 €	561	15 000,00 €
Somatório:	15 000,00 €	Somatório:	15 000,00 €

Descrição:

Anulação dos montantes relativos a proveitos de subsidios atribuídos pelo Município no passado.

Tabela 15 - Lançamento 8

Lançamento 9

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
712999	2 956,88 €	731	3 636,96 €
561	680,08 €		
Somatório:	3 636,96 €	Somatório:	3 636,96 €

Descrição:

Valor pago pela CMCB à Albigec - Fatura FAC 3/12 (proposta para bordado em toalha)

Tabela 16 - Lançamento 9

Lançamento 10

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
62219	70,27 €	720399	70,27 €
Somatório:	70,27 €	Somatório:	70,27 €

Descrição:

Serviço de inspeção de elevadores prestado pela CMCB à Albigeç

Tabela 17 - Lançamento 10

7.3 – CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnol3gico Agro - Alimentar de Castelo Branco

Lançamento 11

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	47 000,00 €	41111	2 396 074,33 €
5713	1 951 993,51 €		
7851	10 634,72 €		
561	386 446,10 €		
Somatório:	2 396 074,33 €	Somatório:	2 396 074,33 €

Descrição:

Eliminação da Participação financeira (94%) do Município na CATAA.

Tabela 18 - Lançamento 11

Lançamento 12

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	3 000,00 €	27899	153 178,03 €
561	38 221,10 €		
5931	111 273,69 €		
27899	683,24 €		
Somatório:	153 178,03 €	Somatório:	153 178,03 €

Descrição:

Reconhecimento dos Interesses Minoritários (6%) na CATAA.

Tabela 19 - Lançamento 12

Lançamento 13

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
751132	334 241,02 €	60236	334 241,02 €
Somatório:	334 241,02 €	Somatório:	334 241,02 €

Descrição:

Anulação Contrato Programa 2025 da CATAA (Isento de IVA).

Tabela 20 - Lançamento 13

8.- Informações relativas ao endividamento consolidado de médio e longo prazo, de curto prazo e dívida bruta consolidada

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos b)					Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	Município de Castelo Branco	Serviços Municipalizados	Albigec	CATAA	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
Financiamentos obtidos	77 378,03 €				77 378,03 €		77 378,03 €
Outras contas a pagar					0,00 €		0,00 €
Total	77 378,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	77 378,03 €	0,00 €	77 378,03 €

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativos às dívidas a terceiros - médio e longo prazos.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

Tabela 21 - Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Contas Consolidadas 2025

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de curto prazo b)					Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	Município de Castelo Branco	Serviços Municipalizados	Albigec	CATAA	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	477,10 €				477,10 €		477,10 €
Fornecedores	1 097 372,58 €	1 240 927,80 €	78 774,83 €	45 211,92 €	2 462 287,13 €	81 752,10 €	2 380 535,03 €
Estado e outros entes públicos	215 492,86 €	43 602,29 €	26 532,80 €	19 186,42 €	304 814,37 €		304 814,37 €
Financiamentos obtidos	329 046,44 €				329 046,44 €		329 046,44 €
Fornecedores de investimentos	1 131 702,51 €	504 629,31 €		7 723,79 €	1 644 055,61 €		1 644 055,61 €
Outras contas a pagar	1 562,82 €	530 934,05 €	57 493,82 €	12 043,59 €	602 034,28 €	153 897,71 €	448 136,57 €
Total	2 775 654,31 €	2 320 093,45 €	162 801,45 €	84 165,72 €	5 342 714,93 €	235 649,81 €	5 107 065,12 €

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativos às dívidas a terceiros de curto prazo.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação. Os montantes indicados não incluem os montantes respeitantes a acréscimos e diferimentos.

Tabela 22 - Endividamento consolidado de curto prazo

Contas Consolidadas 2025

Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros do balanço a 31-12-2025				DÍVIDA BRUTA	Eliminação de créditos/dívidas recíprocas			DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA
	MLP	CP	FAM	Operações Não Orçamentais		Débito (-)	Crédito (+)	Lançamento	
	1	2	3	4		5=1+2-3-4	6		
Município	77 378,03 €	2 775 654,31 €		2 148,17 €	2 850 884,17 €	211 311,13 €		2	3 062 195,30 €
SMCB		2 320 093,45 €		532 178,07 €	1 787 915,38 €				1 787 915,38 €
Albigec		162 801,45 €			162 801,45 €	24 338,68 €		6	187 140,13 €
Cataa		84 165,72 €			84 165,72 €				84 165,72 €
TOTAL	77 378,03 €	5 342 714,93 €	0,00 €	534 326,24 €	4 885 766,72 €	235 649,81 €	0,00 €		5 121 416,53 €

Tabela 23 - Dívida Bruta Consolidada

9.- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Município de Castelo Branco											
Tipo de fluxo	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos					
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)	
Transferências					0,00 €	0,00 €				0,00 €	
Subsídios		1 162 937,71 €		1 162 937,71 €	0,00 €	0,00 €				0,00 €	
Empréstimos					0,00 €	0,00 €				0,00 €	
Relações comerciais	34 012,79 €	982 522,84 €	11 927,05 €	922 856,48 €	81 752,10 €	0,00 €	70,27 €		70,27 €	0,00 €	
Participações do capital em numerário					0,00 €	0,00 €				0,00 €	
Participações do capital em espécie					0,00 €	0,00 €				0,00 €	
Outros					0,00 €	0,00 €				0,00 €	
Total	34 012,79 €	2 145 460,55 €	11 927,05 €	2 085 794,19 €	81 752,10 €	0,00 €	70,27 €	0,00 €	70,27 €	0,00 €	

Tabela 24 - Município de Castelo Branco

Serviços Municipalizados de Castelo Branco											
Tipo de fluxo	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos					
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)	
Transferências					0,00 €					0,00 €	
Subsídios					0,00 €		426 327,62 €		426 327,62 €	0,00 €	
Empréstimos					0,00 €					0,00 €	
Relações comerciais					0,00 €	34 012,79 €	978 885,88 €	11 927,05 €	919 219,52 €	81 752,10 €	
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €	
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €	
Outros					0,00 €					0,00 €	
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34 012,79 €	1 405 213,50 €	11 927,05 €	1 345 547,14 €	81 752,10 €	

Tabela 25- Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Contas Consolidadas 2025

Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.										
Tipo de fluxo	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00 €					0,00 €
Subsídios					0,00 €		357 852,94 €		357 852,94 €	0,00 €
Empréstimos					0,00 €					0,00 €
Relações comerciais		70,27 €		70,27 €	0,00 €		3 636,96 €		3 636,96 €	0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €
Cobertura de Prejuízos					0,00 €					0,00 €
Total	0,00 €	70,27 €	0,00 €	70,27 €	0,00 €	0,00 €	361 489,90 €	0,00 €	361 489,90 €	0,00 €

Tabela 26 - Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.

CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco										
Tipo de fluxo	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00 €					0,00 €
Subsídios					0,00 €		334 241,02 €		334 241,02 €	0,00 €
Empréstimos					0,00 €					0,00 €
Relações comerciais					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €
Outros					0,00 €					0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	334 241,02 €	0,00 €	334 241,02 €	0,00 €

Tabela 27- CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco

De referir, que a diferença no valor de 44.516,13€ verificada no saldo dos Subsídios se deve à liquidação em dezembro de 2025, pelo CMCB, da Tarifa Social da Água referente ao mês de setembro e só contabilizado o seu recebimento pelos SMCB em janeiro de 2026.

Na preparação dos mapas dos fluxos financeiros apenas foram considerados os montantes registados/pagos/recebidos com documentos titulados do direito/obrigação emitidos, não foram incluídos os eventuais acréscimos e diferimentos efetuados.

Contas Consolidadas 2025

Rúbricas	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	357 185 823,99 €	350 726 650,44 €
Propriedades de Investimento	8	14 050 038,04 €	13 031 913,20 €
Ativos Intangíveis	3	627 596,26 €	631 434,10 €
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	5 180 695,05 €	5 180 695,05 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros	18	10 139,19 €	10 139,19 €
Ativos por impostos diferidos		90 065,71 €	90 065,71 €
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber		95 119,62 €	151 351,26 €
		377 239 477,86 €	369 822 248,95 €
Ativo corrente			
Inventários	10	1 582 748,77 €	1 623 310,92 €
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		196 516,99 €	242 425,85 €
Devedores por empréstimos donificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9	2 279 208,45 €	2 139 476,68 €
Estado e outros entes públicos		91 954,12 €	95 092,68 €
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	9	10 714 258,05 €	13 166 761,53 €
Diferimentos		147 070,00 €	318 408,17 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	96 401 929,94 €	100 023 278,29 €
		111 413 686,32 €	117 608 754,11 €
Total do Ativo		488 653 164,18 €	487 431 003,06 €

Tabela 28 – Balanço Consolidado - Ativo

Contas Consolidadas 2025

Rúbricas	Notas		Datas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	18	56 400 132,98 €	56 400 132,98 €	
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas	18	7 069 534,63 €	7 069 534,63 €	
Resultados transferidos	18	299 950 443,42 €	300 259 460,07 €	
Ajustamentos em ativos financeiros	18			
Excedentes de revalorização				
Outras variações no Património Líquido	18	72 304 483,05 €	72 980 205,54 €	
		435 724 594,08 €	436 709 333,22 €	
Resultado líquido do período	18	-2 422 281,48 €	-1 489 320,49 €	
Dividendos antecipados				
Interesses que não controlam		152 494,79 €	149 739,48 €	
Total do Património Líquido		433 454 807,39 €	435 369 752,20 €	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	15	3 012 620,48 €	2 109 467,83 €	
Financiamentos obtidos	7	77 378,03 €	407 626,44 €	
Fornecedores de investimentos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		39 582 814,24 €	38 705 565,66 €	
Diferimentos				
Passivos por impostos diferidos				
Fornecedores				
Outras contas a pagar				
		42 672 812,75 €	41 222 659,93 €	
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		477,10 €	1 893,52 €	
Fornecedores		2 380 535,03 €	1 433 028,29 €	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Estado e outros entes públicos		304 814,37 €	293 006,12 €	
Acionistas/sócios/associados				
Financiamentos obtidos	7	329 046,44 €	416 337,36 €	
Fornecedores de investimentos		1 644 055,61 €	609 647,34 €	
Outras contas a pagar		5 251 852,97 €	5 620 508,43 €	
Diferimentos		2 614 762,52 €	2 464 169,87 €	
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
		12 525 544,04 €	10 838 590,93 €	
Total do Passivo		55 198 356,79 €	52 061 250,86 €	
Total do capital próprio e do Passivo		488 653 164,18 €	487 431 003,06 €	

Tabela 29 - Balanço Consolidado – Passivo

Contas Consolidadas 2025

	Rendimentos e Gastos		Notas	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024			
Impostos, contribuições e taxas	13/14/23	13 574 886,95 €	13	13 198 256,04 €	
Vendas	13/23	3 170 107,51 €	13/23	3 061 977,21 €	
Prestações de serviços e concessões	13/23	11 916 383,40 €	23	12 412 989,50 €	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23	32 856,11 €	14	31 888,70 €	
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	30 567 959,44 €	13	28 573 804,38 €	
Variação nos inventários da produção	13	26 284,46 €	10	-43 578,83 €	
Trabalhos para a própria entidade	13	117 161,84 €	10	172 467,24 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-4 367 467,57 €	23	-3 975 789,19 €	
Fornecimentos e serviços externos	23	-21 831 124,13 €	23	-20 484 634,81 €	
Gastos com o pessoal	23	-19 181 701,03 €	23	-17 439 068,39 €	
Transferências e subsídios concedidos	23	-9 080 677,68 €		-7 933 582,65 €	
Prestações sociais					
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-90 026,95 €		58 859,05 €	
Provisões (aumentos/reduções)		-707 858,51 €		-787 390,45 €	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos	13/14	11 951 682,24 €	13/14	10 629 694,16 €	
Outros gastos	23	-2 599 300,53 €		-3 139 793,46 €	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		13 499 165,55 €		14 536 098,50 €	
Gastos/reversões de depreciações e amortização	3/5	-18 084 123,06 €		-18 942 527,66 €	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-4 584 957,51 €		-4 606 429,16 €	
Juros e rendimentos similares obtidos	13	2 175 943,83 €	13	3 177 094,69 €	
Juros e gastos similares suportados	7	-15 098,06 €		-47 405,73 €	
Resultados antes de impostos		-2 424 111,74 €		-1 476 740,20 €	
Imposto sobre o rendimento		1 830,27 €		-12 580,29 €	
Resultado líquido do período		-2 422 281,47 €		-1 489 320,49 €	
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores do capital da entidade-mãe		-2 422 281,47 €		-1 489 320,49 €	
Interesses que não controlam					

Tabela 30- Demonstração de Resultados

Contas Consolidadas 2025

Rubricas	Notas	
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	17 412 890,01 €	16 645 597,55 €
Recebimentos de contribuintes	12 687 703,82	12 169 883,01 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	30 835 465,72	25 159 609,23 €
Recebimentos de utentes		
Pagamentos a fornecedores	- 26 493 773,96	-38 931 795,90 €
Pagamentos ao pessoal	- 18 703 645,39	-13 036 825,96 €
Pagamentos a contribuintes/Utentes		
Pagamentos de transferências e subsídios	- 9 258 095,59	-7 879 639,11 €
Pagamentos de prestações sociais		
	Caixa gerada pelas operações	
Recebimento do imposto sobre o rendimento	6 480 544,61 €	-5 873 171,18 €
Pagamento do imposto sobre o rendimento	2 443,00 €	
Outros recebimentos	-126,38 €	-109 692,61 €
Outros pagamentos	2 291 083,13 €	2 508 557,90 €
	-1 093 927,91 €	-18 749 067,74 €
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-22 223 373,63 €
	7 680 016,45 €	
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-23 812 480,30 €	-3 895 799,56 €
Ativos intangíveis	-1 554 685,36 €	-410 167,20 €
Propriedades de investimento		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	3 612 489,51 €	674 805,15 €
Ativos intangíveis		
Propriedades de investimento	223 504,47 €	245 336,99 €
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao Investimento	3 185 100,67 €	3 450,00 €
Transferências de capital	4 698 784,00 €	3 711 685,24 €
Juros e rendimentos similares	2 747 146,14 €	2 834 394,03 €
Dividendos	32 277,23 €	55 009,70 €
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	3 218 714,35 €
	-10 867 863,64 €	

Contas Consolidadas 2025

Rubricas	Notas	
	31/12/2025	31/12/2024

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos		1 313 430,49 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		
Cobertura de prejuízos		23 856,55 €
Doações		
Outras operações de financiamento		

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos	-417 539,33 €	-494 626,85 €
Juros e gastos similares	-15 961,82 €	-4 224,69 €
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-433 501,15 €	838 435,50 €

Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)

Efeito das diferenças de câmbio	-3 621 348,34 €	-18 166 223,78 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	100 023 278,28	118 189 502,06 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	96 401 929,94	100 023 278,28 €

Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência

Caixa e seus equivalentes no início do período	100 023 278,28 €	118 160 650,37 €
- Equivalentes a caixa no início do período		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
- Variações cambiais de caixa no início do período		
= Saldo da gerência anterior	100 023 278,28 €	118 189 502,06 €
De execução orçamental	99 636 374,46	118 186 857,05 €
De operações de tesouraria	386 705,17	2 645,01 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	96 401 929,94 €	100 023 278,28 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
- Variações cambiais de caixa no fim do período		
= Saldo da gerência seguinte	96 401 929,94 €	100 023 278,28 €
De execução orçamental	95 958 190,86	99 579 539,20 €
De operações de tesouraria	443 739,08	443 739,08 €

Tabela 32 – Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa

Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Anulação de fluxos financeiros Grupo - Indicação por rúbrica da demonstração de fluxos de caixa dos fluxos anulados no processo de consolidação.

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
-919 219,52 €	SMCB	Município	Regularização do montante recebido pelos Serviços Municipalizados, pelo pagamento por parte do Município, de fornecimento de água, saneamento e resíduos.
-357 852,94 €	Albigec	Município	Regularização do montante recebido pela Albigec relativo ao Contrato Programa.
-3 636,96 €	Albigec	Município	Regularização do montante recebido pela Albigec pela venda de Bordado de Castelo Branco ao Município.
-70,27 €	Município	Albigec	Regularização do montante recebido pelo Município pela inspeção de elevadores.
-1 280 779,69 €	Subtotal Recebimentos de Clientes		

Tabela 33 – Recebimento de Clientes

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
-426 327,63 €	SMCB	Município	Regularização dos montantes pagos pelo Município relativo à tarifa social e outros apoios sociais.
-426 327,63 €	Subtotal Recebimentos de Transferências e Subsídios Correntes		

Tabela 34- Recebimentos de Transferência e Subsídios Correntes

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
919 219,52 €	SMCB	Município	Regularização do montante pago pelo Município aos SMCB pelo fornecimento de água, saneamento e resíduos.
70,27 €	Município	Albigec	Regularização do montante recebido pelo Município pela inspeção de elevadores.
919 289,79 €	Subtotal Pagamentos a Fornecedores		

Tabela 35 - Pagamento a Fornecedores

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
470 843,75 €	SMCB	Município	Regularização dos montantes pagos pelo Município relativo à tarifa social e outros apoios sociais.
357 852,94 €	Albigec	Município	Regularização do montante recebido pela Albigec relativo ao Contrato Programa.
334 241,02 €	CATAA	Município	Regularização do montante recebido pela CATAA relativo ao Contrato Programa.
1 162 937,71 €	Subtotal Pagamentos de Transferências e Subsídios Correntes		

Tabela 36 - Pagamento de Transferência e Subsídios Correntes

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
-334 241,02 €	CATAA	Município	Regularização do montante recebido pela CATAA relativo ao Contrato Programa.
-334 241,02 €	Subtotal Outros Recebimentos		

Tabela 37 - Outros Recebimentos

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
3 636,96 €	Albigec	Município	Regularização do montante recebido pela Albigec pela venda de Bordado de Castelo Branco ao Município.
3 636,96 €	Subtotal Outros Pagamentos		

Tabela 38 - Outros Pagamentos

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
198,65 €	CATAA	Município	Regularização do montante entregue pelo Município relativo à ocorrência de um sinistro ocorrido nos equipamentos do Cataa.
198,65 €	Subtotal Outros Pagamentos		

Tabela 39 – Operações de Tesouraria - Pagamentos

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
-198,65 €	CATAA	Município	Regularização do montante entregue pelo Município relativo à ocorrência de um sinistro ocorrido nos equipamentos do Cataa.
-198,65 €	Subtotal Outros Recebimentos		

Tabela 40– Operações de Tesouraria - Recebimentos

Valor	Descritivo
-44 516,13 €	Valor de faturas pagas pela CMCB ao SMCB da tarifa social da água que saiu da conta do Município, mas que a 30/12/2025 não deram entrada na tesouraria dos SMCB.
-44 516,13 €	Subtotal Variação Líquida Total dos Fluxos Financeiros do Grupo

Tabela 41– Variação Líquida Total dos Fluxos Financeiros do Grupo

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas nas NCP.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, contudo estão incluídas no documento, com a menção “Não Aplicável”.

Adoção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública - SNC-AP – Divulgação transitória

Em 01 de janeiro de 2020, tanto o Município de Castelo Branco (entidade consolidante) como os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (entidade consolidada) transitaram para o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro.

A entidade consolidada Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A., manteve em 2025 o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.ºs 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A entidade consolidada CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro - Alimentar de Castelo Branco, procedeu aos registos contabilísticos, em 2024, com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística – Entidades do Setor não Lucrativo - SNC – ESNL, no entanto pelo facto de estar obrigada à adoção do SNC-AP, por ter sido reclassificada pelo INE, a entidade procedeu, em 2024, com as limitações descritas nas suas contas individuais à conversão das suas contas para SNC-AP, ainda sem poder aplicar a parte da contabilidade orçamental. Em 2025 a entidade iniciou a integração da contabilidade orçamental, encontrando-se, contudo, ainda limitada a determinadas componentes e procedimentos.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2025 foram preparadas em conformidade com o referido referencial contabilístico SNC-AP, tendo sido respeitados os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do grupo público do Município de Castelo Branco, das alterações à sua posição financeira, do seu desempenho financeiro e dos seus fluxos de caixa.

Entidades a consolidar		Tipo de Entidade	Morada	Participação
Denominação	N.I.P.C.			%
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	100,00%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal ,6000-458 Castelo Branco	100,00%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	94,00%

Tabela 42- Entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Participação
Denominação	N.I.P.C.			%
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11, 2740-120 Porto Salvo	0,77%
Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Herdade da Marrãs, 7480-352 Figueira e Barros	6,00%
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Greogório Lopes, Lote 1514 R/c, 1400-195 Lisboa	0,30%

Tabela 43 - Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem ao ano 2025.

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, prevista no SNC-AP, que estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo público com vista a apresentar a sua situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa como de uma única entidade se tratasse.

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis com as do ano anterior, dado que o perímetro de consolidação se mantém em relação a 2024, com exceção do perímetro orçamental, logo as demonstrações orçamentais, que em 2025 passaram a integrar também a CATAA, ainda que com limitações.

Valores inscritos na rúbrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 todos os saldos de caixa e seus equivalentes estavam disponíveis para uso.

Conta	2025	2024
Caixa	26 134,60 €	14 546,87 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	18 210 866,66 €	13 755 763,26 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	78 120 412,55 €	86 252 968,15 €
Depósitos consignados		
Total	96 401 929,94 €	100 023 278,28 €

Tabela 44 - Desagregação de caixa e seus equivalentes

Para efeitos de Consolidação dos Fluxos de Caixa só foram anulados os movimentos de tesouraria entre as entidades que se verificaram efetivamente no exercício de 2025, ou seja, os movimentos por bancos e/ou caixa derivados de recebimentos ou pagamentos, considerando todos os outros valores de recebimentos e pagamentos a 100%.

O valor dos saldos de caixa e seus equivalentes, constante no Balanço consolidado, difere do saldo orçamental constante da demonstração consolidada do desempenho orçamental, dado que no perímetro de consolidação orçamental não está incluída a Entidade Albigeac que aplica o SNC (Sistema de Normalização Contabilística), isto é, segue as regras contabilísticas usadas pelas entidades privadas, não integrando o perímetro de consolidação orçamental no Grupo Municipal de Castelo Branco.

Contas Consolidadas 2025

O Balanço consolidado apresenta um valor de 96.401.929,94€ e a Demonstração do Desempenho Orçamental apresenta o valor de 95.608.159,96€, conforme se discrimina no quadro abaixo:

Entidade	Tipo	Balanço Consolidado			Demonstração Desempenho Orçamental
		Caixa e Depósitos à Ordem	Depósitos a prazo	Total	
CMCB	Entidade Consolidante	12 685 086,46 €	23 503 008,90 €	36 188 095,36 €	36 188 095,36 €
SMCB	Entidade Consolidada	4 803 420,83 €	54 567 403,65 €	59 370 824,48 €	59 370 824,48 €
Cataa	Entidade Consolidada	49 240,12 €		49 240,12 €	49 240,12 €
	SubTotal	17 537 747,41 €	78 070 412,55 €	95 608 159,96 €	95 608 159,96 €
Albigec *	Entidade Consolidada	743 769,98 €	50 000,00 €	793 769,98 €	
	SubTotal	743 769,98 €	50 000,00 €	793 769,98 €	
	Total	18 281 517,39 €	78 120 412,55 €	96 401 929,94 €	95 608 159,96 €

* Esta entidade não integram o perímetro da contabilidade orçamental

Tabela 45 – Perímetro da Contabilidade Orçamental

2 — Principais políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

(Para um maior detalhe remete-se a leitura para as Prestações de Contas individuais)

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do Ativo Fixo Tangível e Propriedades de Investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contábilístico, calculadas com base nas vidas úteis, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do Ativo Intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contábilístico, calculadas com base nas vidas úteis, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Participações financeiras

As Participações Financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP, pelo que a mesma se encontra ajustada em função dos capitais próprios das participadas. No processo de consolidação os MEP das entidades controladas pela CMCB foram anulados atendendo a que ocorreu a integração dos balancetes individuais das respetivas entidades.

Depreciações e amortizações

As Depreciações e Amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC2).

As Depreciações e Amortizações das entidades incluídas na consolidação que aplicam o SNC-AP são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As Depreciações e Amortizações das entidades incluídas na consolidação que aplicam o SNC, foram calculadas pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Não foi efetuada a conversão das vidas úteis dos bens das entidades SNC para SNC-AP, pois além de ter existido uma aproximação das vidas úteis com a adoção do SNC-AP, o impacto de tal conversão estima-se reduzido e com muito pouco impacto na leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, não justificando, desta forma, o seu apuramento.

Contas a receber

As Contas a Receber de Clientes e outros Devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas pelo mesmo valor, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração inicial de Inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica “Financiamentos Obtidos”, expresso no passivo corrente.

Provisões

As Entidades analisam com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

Financiamentos obtidos

As dívidas a pagar relativas a Financiamentos Obtidos encontram-se reconhecidas pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a Fornecedores e outros Credores encontram-se reconhecidos pelo método do custo, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Rédito e regime de acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na norma, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade.

Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

Resultados do período

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

3 — Ativos intangíveis

RUBRICAS	Conta	Início do período			Final do período				
		Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440				0,00 €				0,00 €
Goodwill	441				0,00 €				0,00 €
Projetos de desenvolvimento	442	2 952,00 €	1 148,00 €		1 804,00 €	17 952,00 €	3 382,01 €		14 569,99 €
Programas de computador e sistemas de informação	443	1 981 542,86 €	1 570 100,48 €		411 442,38 €	1 864 062,70 €	1 502 015,68 €		362 047,02 €
Propriedade industrial e intelectual	444				0,00 €				0,00 €
Outros	446	307 342,30 €	295 215,53 €		12 126,77 €	307 342,30 €	307 342,30 €		0,00 €
Ativos intangíveis em curso	454	206 060,95 €			206 060,95 €	250 979,25 €			250 979,25 €
TOTAL		2 497 898,11 €	1 866 464,01 €	0,00 €	631 434,10 €	2 440 336,25 €	1 812 739,99 €	0,00 €	627 596,26 €

Tabela 46 - Ativos intangíveis consolidados - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Conta	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final	
			Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período		Diminuições
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440									- €
Goodwill	441									- €
Projetos de desenvolvimento	442	1 804,00 €	15 000,00 €					2 234,01 €		14 569,99 €
Programas de computador e sistemas de informação	443	411 442,38 €	234 257,83 €					260 898,19 €	22 755,00 €	362 047,02 €
Propriedade industrial e intelectual	444									- €
Outros	446	12 126,77 €						12 126,77 €		- €
Ativos intangíveis em curso	454	206 060,95 €	44 918,30 €							250 979,25 €
TOTAL		631 434,10 €	294 176,13 €	- €	- €	- €	- €	275 258,97 €	22 755,00 €	627 596,26 €

Tabela 47 - Ativos intangíveis consolidados - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Conta SNC-AP	Adições										
		Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Exprop.	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440											- €
Goodwill	441											- €
Projetos de desenvolvimento	442		15 000,00 €									15 000,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	443		216 602,57 €								17 655,26 €	234 257,83 €
Propriedade industrial e intelectual	444											- €
Outros	446											- €
Ativos intangíveis em curso	454		44 918,30 €									44 918,30 €
TOTAL		- €	276 520,87 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	17 655,26 €	294 176,13 €

Tabela 48 - Ativos intangíveis consolidados - Adições

No quadro acima é possível verificar a continuação, pelo grupo municipal, do investimento na melhoria contínua nos sistemas de informação.

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente - 2025

(Transcrição das notas incluídas nas contas individuais)

4.1 - Município de Castelo Branco

4.1.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

- (a) Uma descrição do acordo;
- (b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);
- (c) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:
 - I. Direitos de usar ativos especificados;
 - II. Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;
 - III. Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;
 - IV. Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

O valor dos ativos da concessão da E-Redes na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização) a 31/12/2025 é de 8.728.486,81€.

Entendemos que os valores de resgate/indeminização apurados pela E-Redes, segundo a análise prévia efetuada, apenas serão aplicáveis no caso de resgate antecipado da concessão (ver situação mais detalhada no ponto 4.2).

- I. Opções de reforma e de cessação;
- II. Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais);

III. Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento.

4.1.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

Tal como vem sendo referido nos anos anteriores, esta é uma temática complexa, sendo por vezes difícil obter informações suficientes, para poder proceder aos registos previstos na NCP4, ou até se a mesma é aplicável.

Quase sempre, quando obtida informação, o tratamento a dar tem de ser analisado caso, a caso. Desta forma, e terminando o prazo para a adoção do SNC-AP, em termos de matérias complexas, em 31/12/2022, considerou-se que, apesar de se terem adotado alguns pressupostos, seria pertinente o registo desde logo em 2022, pelo menos das concessões mais relevantes que o Município tem. Desta forma o Município manteve em 2025 a metodologia aplicada anteriormente e que permite a comparabilidade com o ano de 2024.

A E-redes manteve a disponibilização de informação de modo a podermos contabilizar os dados da concessão com objetividade aceitável.

De referir que caso de futuro venha a ser disponibilizada mais informação, ou venham a existir entendimentos diferentes acerca da forma de tratar/registar a informação, o Município procederá em consonância.

Também a este nível importa referir que a Comissão de Normalização Contabilística para o SNC-AP emitiu a orientação técnica n.º 1 – “Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. (ex: EDP Distribuição, S.A.)”. Nesta orientação a comissão refere a possibilidade de optar por não ser feito o reconhecimento/registo da concessão na contabilidade dos Municípios, por poder haver alguma falta de informação providenciada pela E-Redes. De salientar que esta orientação não diz que não é aplicável a NCP4 a esta concessão.

Analizada a orientação e a informação providenciada pela E-Redes o Município optou por manter e atualizar os registos da concessão em 2025, atendendo a que:

- A entidade (E-Redes) em 2025 providenciou os dados minimamente necessários, permitindo reduzir a utilização de pressupostos;
- Apesar de se tratar de informação provisória de 2025, historicamente tem-se verificado que as diferenças entre a informação provisória de cada ano e a informação definitiva desse mesmo ano são mínimas atendendo aos montantes envolvidos;
- A entidade disponibiliza na informação extraída o valor de resgate apurado, o qual historicamente é próximo do valor líquido dos bens, o que vai ao encontro do referido no contrato de concessão, não sendo ainda razoável esperar que a comissão de avaliação reunisse anualmente apenas para determinar o valor da concessão para efeitos de registos contabilísticos nos Municípios;
- O registo dos montantes na contabilidade do Município, atendendo ao previsto nos normativos, proporciona uma imagem mais verdadeira e apropriada do Município como um todo do que a opção pelo seu não registo, pois desta forma fica registado o impacto e relevo que a concessão, e respetivos bens têm.

Acresce ainda que para efeitos de análise de contas atendendo à forma como são efetuados os registos da concessão, em termos de gastos e rendimentos, apesar de algumas contas serem influenciadas, o seu registo não prejudica a análise do desempenho económico do Município, pois os registos compensam-se, como se evidenciará mais adiante. Acresce que para que haja conhecimento do impacto destes registos, nesta mesma nota são mensurados os montantes e respetivo impacto.

As situações de potenciais acordos de concessão que existem atualmente constituem apenas uma e que elencamos a seguir:

Acordos de Concessão	Concessionário	Natureza da concessão	Período da concessão	Valor do contrato anual
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Concelho de Castelo Branco	E-Redes Distribuição de Eletricidade, S.A.	Contrato de Concessão de Serviço Público	20 anos	3 171 656,54 €

E-Redes – Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Tabela 49 - Acordos de concessão

Em 2025 os dados estão disponíveis para extração direta na área “privada” do site da E-Redes. Dos dados extraídos é possível construir o quadro seguinte, que era enviado nos anos anteriores pela E-Redes:

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	56 395 116,38 € -	43 464 886,64 €	12 930 229,74 €
Postos Transformação e Seccionamento	16 698 285,13 € -	13 146 660,73 €	3 551 624,40 €
Redes aéreas	12 342 577,41 € -	9 376 008,04 €	2 966 569,37 €
Redes subterrâneas	7 744 309,81 € -	6 202 117,84 €	1 542 191,97 €
Chegadas aéreas	3 228 544,49 € -	2 731 991,82 €	496 552,67 €
Chegadas subterrâneas	3 477 849,85 € -	2 775 971,44 €	701 878,41 €
Contadores e acessórios	3 087 886,79 € -	2 886 572,49 €	201 314,30 €
Iluminação pública	7 691 396,84 € -	5 167 684,93 €	2 523 711,91 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	2 124 266,06 € -	1 177 879,35 €	946 386,71 €
Subsídios ao investimento	- 17 310 993,93 €	13 109 251,00 € -	4 201 742,93 €
Postos Transformação e Seccionamento	- 4 662 849,69 €	3 903 432,79 € -	759 416,90 €
Redes aéreas	- 2 955 986,65 €	2 113 098,13 € -	842 888,52 €
Redes subterrâneas	- 3 994 113,80 €	2 926 291,06 € -	1 067 822,74 €
Chegadas aéreas	- 1 099 548,27 €	905 639,94 € -	193 908,33 €
Chegadas subterrâneas	- 1 696 444,99 €	1 184 801,78 € -	511 643,21 €
Contadores e acessórios	- 1 593,22 €	617,31 € -	975,91 €
Iluminação pública	- 2 898 702,19 €	2 074 635,97 € -	824 066,22 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	- 1 755,12 €	734,02 € -	1 021,10 €
TOTAL	39 084 122,45 € -	30 355 635,64 €	8 728 486,81 €

Tabela 50 - Ativos fixos da concessão

“Informação de 2025, ainda provisória e não auditada”

Relativamente às depreciações a E-Redes utiliza as seguintes vidas úteis:

Específico em BT	Vida útil (anos)
Postos Transformação e Seccionamento	30
Redes aéreas	25
Redes subterrâneas	25
Chegadas aéreas	25
Chegadas subterrâneas	25
Contadores e acessórios	10
Contadores	10
Outro equipamento	10
Equipamentos Acessórios e Outros	NA
Iluminação pública	25
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado a	10
Outras Funcionalidades	10
Função Medição	10
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado a	10

Tabela 51 - Vidas Úteis dos Ativos Concessionados

Analisada a concessão, à luz da NCP4 verifica-se que esta concessão é a do modelo de atribuição de um direito, ou seja, a de permitir, neste caso, à E-Redes explorar a distribuição de eletricidade de baixa tensão.

Este modelo, em termos muito simplificados, assenta na necessidade de registar no concedente (o Município) os bens da concessão, incluindo os edificados pelo concessionário, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão. De referir, que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, de ser pago pelo Município à concessionária (situação prevista no contrato de concessão).

Com os dados disponibilizados registaram-se então os montantes processados pela E-Redes de depreciações e subsídios ao investimento.

Por fim é feito o reconhecimento na rúbrica 72 de prestações de serviços do diferencial entre as depreciações e subsídios ao investimento, tornando estes registos neutros em termos de efeitos no resultado líquido do Município e permitindo que o valor da conta 282499209 fique a refletir o valor líquido dos bens em 31/12/2025.

De seguida esquematiza-se a informação para facilitar a sua interpretação:

Descrição	Reconhecimento/ Situação Inicial (1)	Depreciações/ Reconhecimento rendimentos do período (2)	Outras variações no período (3)	Saldo final
Ativo Fixo Tangível (430x)				
Valores Brutos	55 101 637,94 €		1 293 478,44 €	56 395 116,38 €
Depreciações acumuladas	-42 923 857,37 €	-1 211 007,27 €	669 978,00 €	-43 464 886,64 €
Subsídios ao Investimento (59)				
Valores Brutos	-16 733 490,61 €		-577 503,32 €	-17 310 993,93 €
Valores reconhecidos em rendimentos acumulados	12 746 944,84 €	407 700,26 €	-45 394,10 €	13 109 251,00 €
Valor Líquido dos bens	8 191 234,80 €	- 803 307,01 €	1 340 559,02 €	8 728 486,81 €
2824 - Passivo da Concessão	- 8 191 234,80 €	803 307,01 €	- €	-8 728 486,81 €

(1) - Situação relativa aos montantes transitados de 31/12/2024 e coincidentes com o mapa da E-Redes de 2024;

(2) Montantes estimados de depreciações e subsídios ao investimento do período, com a respetiva compensação do passivo da concessão registado em proveitos.

(3) Coluna que reflete os ajustamentos necessários; registar no património para ser possível reos novos valores reportados pela Concessionária. É nesta coluna que se refletirá o impacto líquido das compras, alienações e abates ocorridos no ano de 2025 e registados pela E-Redes no seu sistema.

Tabela 52 - Acordos de Concessão - Reconhecimento inicial

Além dos montantes já referidos, o Município recebe, e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2025 ascenderam a 3.171.656,54€ e que são tratadas de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.

4.2 - Serviços Municipalizados de Castelo Branco

4.2.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

a) Uma descrição do acordo;

Contrato	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração em Alta de Abastecimento de Água e Saneamento	Águas do Vale do Tejo, SA	Ativos em Alta de Abastecimento de Água e Saneamento	35 anos	31 022 287,80 €	31 022 287,80 €	- €	- €

Na sequência da legislação que criou o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento, o Município de Castelo Branco aderiu ao mesmo no ano de 2008.

Considerando a complexidade da matéria envolvida, a ausência de orientação técnica por parte das entidades competentes sobre a sua aplicação à concessão e a ausência da informação que seria necessária dispor para se aplicar a norma na sua plenitude poderá de futuro concluir-se que poderão ser necessários efetuar procedimentos com vista a uma melhor adequação à norma. É assumido o compromisso de posteriormente se aprofundar a interpretação nos anos seguintes.

O valor atualmente registado em proveitos diferidos e a reconhecer no futuro por conta desta concessão é de 15.215.694,42€. Este valor refere-se apenas às rendas de concessão, não contemplando a parte da indemnização.

É do conhecimento que tendencialmente a posição das entidades que compõem o Grupo Águas de Portugal (AdP) e onde se inclui a Águas do Vale do Tejo têm defende que têm um modelo de gestão delegada com o Estado Português.

Com os municípios (e aqui subentende-se que incluídos os serviços municipalizados), que abastecem em Alta apenas dispõem de contratos de abastecimento, conforme previsto no n.º 1 e n.º 2 do art.º 9º do Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho.

Como tal estas entidades têm considerado não existir qualquer acordo de concessão entre as partes, nem qualquer ativo usado para prestar serviços públicos num acordo de concessão de serviços, pelo que a entidade defende que a NCP 4, em regra, não deve ser aplicada.

Refira-se, no entanto, que o caso dos SMCB é um pouco mais complexo, estando como referido mais adiante, a correr processos judiciais, no sentido de contestar o não cumprimento do contrato que a entidade havia assinado com os SMCB. Assim no caso concreto dos SMCB a aplicabilidade da NCP4, ou não, carecerá sempre de análise específica em especial considerando o resultado dos processos em curso.

(b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);

Ver quadro acima.

(c) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:

(i) Direitos de usar ativos especificados;

Foi transferido para o Sistema Multimunicipal as infraestruturas municipais de abastecimento de água e saneamento em “alta”, nomeadamente:

No abastecimento de água:

- As barragens, as captações, as estações de tratamento, as redes de adução, as estações elevatórias e todos os reservatórios, pertencentes ao município.

No saneamento de águas residuais:

- As estações de tratamento de águas residuais pertencentes ao município.

(ii) Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;

O concessionário é responsável pela exploração e manutenção das infraestruturas acima descritas.

(iii) Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;

Atualmente encontram-se em curso duas concessões de serviços em alta, designadamente:

- Concessão do serviço de captação e tratamento de água para abastecimento e do serviço de tratamento de águas residuais, à empresa Águas do Vale do Tejo, SA;
- Concessão do serviço seleção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, à empresa VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA.

Relativamente aos ativos afetos à concessão nos quadros infra identifica-se os respetivos valores acumulados e quantidade de ativos, por conta.

Águas do Vale do Tejo, SA

Conta Imob.	Descrição da Conta	Imobilizado bruto	Amortizações acumuladas	Imobilizado líquido	Quant.
4301	Outros terrenos e recursos naturais	278 817,35 €	0,00 €	278 817,35 €	22
43027	Barragens	2 104 889,31 €	888 112 €	1 216 787,05 €	2
43029	Edifícios e Outras Construções - Outros	8 558 938,02 €	4 653 213,46 €	3 905 724,56 €	37
43036	Sistemas de Abastecimento Água	4 625 086,73 €	4 630 162,24 €	762,79 €	70
4332	Eq. p/investg. e formação, med. e util. técn. Esp.	12 668,97 €	12 668,97 €	0,00 €	35
4335	Eq. e mater. p/serv. aliment., rouparia e lavand.	138,88 €	138,88 €	0,00 €	2
4336	Eq. p/agricultura, pesca e jardinagem	877,29 €	877,29 €	0,00 €	4
4337	Equipamento e material de apoio à produção	300 701,81 €	300 701,81 €	0,00 €	603
4338	Equipamento militar, de segurança e defesa	6 254,93 €	6 254,93 €	0,00 €	39
4342	Transportes rodoviários	6 733,77 €	6 733,77 €	0,00 €	1
4349	Equipamento de Transporte - Outros	5 308,61 €	5 308,61 €	0,00 €	2
4351	Equip. informático e de telecomunicações	76 119,77 €	76 119,77 €	0,00 €	52
4353	Mobiliário de escritório e de arquivo	5 082,56 €	5 082,56 €	0,00 €	236
4371	Equipamento de oficinas e reparações	820,89 €	820,89 €	0,00 €	16
4372	Eq. de decoração e conforto, de util. Comum	5 653,48 €	5 653,48 €	0,00 €	177
4374	Eq. de acondicionamento de embalagens	4 987,98 €	4 987,98 €	0,00 €	5
Total		15 993 078,95 €	10 596 825,50 €	5 402 091,75 €	1303

VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Conta Imob.	Descrição da Conta	Imobilizado bruto	Amortizações acumuladas	Imobilizado líquido	Quant.
43039	Bens de Domínio Público - Outras Infraestruturas	5 852,43 €	5 852,43 €	0,00 €	1
4337	Equip. Básico - Equip. e material de apoio à produção	180 264,00 €	180 264,00 €	0,00 €	571
Total		186 116,43 €	186 116,43 €	0,00 €	572

(iv) Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

No final da concessão os bens retornarão à propriedade dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

(v) Opções de reforma e de cessação;

Ambas as partes acordaram que o incumprimento das cláusulas do contrato por qualquer das partes determinará a invocação da sua resolução com justa causa pela parte não inadimplente, nos termos gerais previstos no art.º 432 e seguintes do Código Civil.

(vi) Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais); e

Não aplicável.

(vii) Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento;

e

Os concessionários têm o direito de aceder e gerir os bens afetos à cada uma das concessões, não tendo acesso a quaisquer outros ativos da concedente.

(d) Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato.

Não aplicável.

4.2.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

A informação acima descrita respeita as características de cada acordo de concessão em vigor à data das demonstrações financeiras.

5 — Ativos fixos tangíveis

5.1 — Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	290 843 098,25 €	167 265 280,10 €	0,00 €	123 577 818,15 €	303 598 146,06 €	177 301 579,29 €	0,00 €	126 296 566,77 €
Terrenos e recursos naturais	1 683 375,46 €			1 683 375,46 €	2 080 948,76 €			2 080 948,76 €
Edifícios e outras construções	26 571 086,77 €	13 669 139,59 €		12 901 947,18 €	27 059 979,28 €	14 845 442,29 €		12 214 536,99 €
Infraestruturas	253 508 399,41 €	153 205 020,08 €		100 303 379,33 €	260 645 754,18 €	162 002 657,81 €		98 643 096,37 €
Património histórico, artístico e cultural	1 424 891,58 €	254 295,36 €		1 170 596,22 €	1 504 077,44 €	258 434,52 €		1 245 642,92 €
Outros	477 022,98 €	136 825,07 €		340 197,91 €	539 964,05 €	195 044,67 €		344 919,38 €
Bens de domínio público em curso	7 178 322,05 €			7 178 322,05 €	11 767 422,35 €			11 767 422,35 €
Ativos Fixos em concessão	71 280 833,42 €	53 489 687,78 €	0,00 €	17 791 145,64 €	72 574 311,86 €	54 241 990,40 €	0,00 €	18 332 321,46 €
Terrenos e recursos naturais	278 817,35 €	0,00 €		278 817,35 €	278 817,35 €			278 817,35 €
Edifícios e outras construções	10 663 826,33 €	5 330 659,04 €		5 333 167,29 €	10 663 826,33 €	5 541 314,74 €		5 122 511,59 €
Infraestruturas	59 732 577,20 €	47 553 416,20 €		12 179 161,00 €	61 026 055,64 €	48 095 063,12 €		12 930 992,52 €
Equipamento básico	500 905,68 €	500 905,68 €		0,00 €	500 905,68 €	500 905,68 €		0,00 €
Equipamento de transporte	12 042,38 €	12 042,38 €		0,00 €	12 042,38 €	12 042,38 €		0,00 €
Equipamento administrativo	81 202,33 €	81 202,33 €		0,00 €	81 202,33 €	81 202,33 €		0,00 €
Outros	11 462,15 €	11 462,15 €		0,00 €	11 462,15 €	11 462,15 €		0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	307 467 998,48 €	90 527 229,33 €	7 583 082,50 €	209 357 686,65 €	316 695 490,23 €	96 595 650,15 €	7 542 904,32 €	212 556 935,76 €
Terrenos e recursos naturais	70 043 360,32 €	0,00 €	7 554 643,97 €	62 488 716,35 €	67 124 073,85 €		7 496 728,67 €	59 627 345,18 €
Edifícios e outras construções	204 205 184,00 €	69 459 143,60 €	66 151,19 €	134 679 889,21 €	209 222 340,49 €	73 834 168,58 €	50 888,87 €	135 337 283,04 €
Equipamento básico	11 075 759,99 €	8 876 941,73 €	-5 849,37 €	2 204 667,63 €	12 862 390,07 €	9 788 866,30 €	-13 080,08 €	3 086 603,85 €
Equipamento de transporte	5 121 892,75 €	3 956 211,85 €		1 165 680,90 €	5 722 868,11 €	4 483 011,08 €		1 239 857,03 €
Equipamento administrativo	6 321 543,45 €	6 040 377,34 €	-19 078,35 €	300 244,46 €	6 411 585,50 €	6 171 903,88 €	9 067,64 €	230 613,98 €
Equipamentos biológicos				0,00 €				0,00 €
Outros	2 602 186,88 €	2 194 554,81 €	-12 784,94 €	420 417,01 €	2 724 354,45 €	2 317 700,31 €	-700,78 €	407 354,92 €
Ativos fixos tangíveis em curso	8 098 071,09 €			8 098 071,09 €	12 627 877,76 €			12 627 877,76 €
TOTAL	669 591 930,15 €	311 282 197,21 €	7 583 082,50 €	350 726 650,44 €	692 867 948,15 €	328 139 219,84 €	7 542 904,32 €	357 185 823,99 €

Tabela 53- Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	123 577 818,15 €	13 075 528,55 €	111 477,80 €	446 458,58 €	0,00 €	0,00 €	10 027 503,69 €	887 212,63 €	126 296 566,76 €
Terrenos e recursos naturais	1 683 375,46 €	143 021,00 €		419 552,30 €				165 000,00 €	2 080 948,76 €
Edifícios e outras construções	12 901 947,18 €	898 148,80 €	213 892,51 €				1 177 838,16 €	621 613,34 €	12 214 536,99 €
Infraestruturas	100 303 379,33 €	334 955,22 €	6 795 959,55 €	26 309,66 €			8 787 306,77 €	30 200,63 €	98 643 096,36 €
Património histórico, artístico e cultural	1 170 596,22 €	79 185,86 €					4 139,16 €		1 245 642,92 €
Outros	340 197,91 €	62 941,07 €					58 219,60 €		344 919,38 €
Bens de domínio público em curso	7 178 322,05 €	11 557 276,60 €	-6 898 374,26 €	596,62 €				70 398,66 €	11 767 422,35 €
Ativos fixos em concessão	17 791 145,64 €	0,00 €	0,00 €	1 963 456,46 €	0,00 €	0,00 €	1 422 280,62 €	0,01 €	18 332 321,47 €
Terrenos e recursos naturais	278 817,35 €								278 817,35 €
Edifícios e outras construções	5 333 167,29 €						210 655,70 €		5 122 511,59 €
Infraestruturas	12 179 161,00 €			1 963 456,46 €			1 211 624,92 €	0,01 €	12 930 992,53 €
Equipamento básico									0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso									0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	209 357 686,65 €	13 973 521,03 €	-1 365 997,09 €	657 999,46 €	253 055,52 €	195 140,22 €	6 059 539,76 €	4 064 649,83 €	212 556 935,76 €
Terrenos e recursos naturais	62 488 716,35 €	941 353,07 €		36 823,48 €	253 055,52 €	195 140,22 €	0,00 €	3 897 463,02 €	59 627 345,18 €
Edifícios e outras construções	134 679 889,21 €	272 903,99 €	4 277 255,58 €	616 979,00 €		0,00 €	4 352 652,27 €	157 092,47 €	135 337 283,04 €
Equipamento básico	2 204 667,63 €	1 583 068,74 €	215 237,71 €	4 196,98 €		0,00 €	916 083,09 €	4 484,12 €	3 086 603,85 €
Equipamento de transporte	1 165 680,90 €	600 975,36 €				0,00 €	526 799,23 €		1 239 857,03 €
Equipamento administrativo	300 244,46 €	80 783,66 €				0,00 €	144 967,34 €	5 446,80 €	230 613,98 €
Equipamentos biológicos						0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros	420 417,01 €	94 531,10 €	11 608,06 €			0,00 €	119 037,83 €	163,42 €	407 354,92 €
Ativos fixos tangíveis em curso	8 098 071,09 €	10 399 905,11 €	-5 870 098,44 €			0,00 €	0,00 €		12 627 877,76 €
TOTAL	350 726 650,44 €	27 049 049,58 €	-1 254 519,29 €	3 067 914,50 €	253 055,52 €	195 140,22 €	17 509 324,07 €	4 951 862,47 €	357 185 823,99 €

Tabela 54 - Quantia escriturada e variações do período (Consolidadas)

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	13 045 033,47 €								30 495,08 €	13 075 528,55 €
Terrenos e recursos naturais		143 021,00 €									143 021,00 €
Edifícios e outras construções		891 979,00 €								6 169,80 €	898 148,80 €
Infraestruturas		310 629,94 €								24 325,28 €	334 955,22 €
Património histórico, artístico e cultural		79 185,86 €									79 185,86 €
Outros		62 941,07 €									62 941,07 €
Bens de domínio público em curso		11 557 276,60 €									11 557 276,60 €
Ativos fixos em concessão		0,00 €									0,00 €
Terrenos e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infraestruturas											0,00 €
Património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso											0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	13 966 904,96 €		0,00 €						6 616,07 €	13 973 521,03 €
Terrenos e recursos naturais		941 353,07 €									941 353,07 €
Edifícios e outras construções		272 903,99 €									272 903,99 €
Equipamento básico		1 583 068,74 €									1 583 068,74 €
Equipamento de transporte		594 359,29 €								6 616,07 €	600 975,36 €
Equipamento administrativo		80 783,66 €									80 783,66 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros		94 531,10 €									94 531,10 €
Ativos fixos tangíveis em curso		10 399 905,11 €									10 399 905,11 €
TOTAL	0,00 €	27 011 938,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37 111,15 €	27 049 049,58 €

Tabela 55 - Adições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	722 212,63 €	887 212,63 €
Terrenos e recursos naturais						165 000,00 €
Edifícios e outras construções					621 613,34 €	621 613,34 €
Infraestruturas					30 200,63 €	30 200,63 €
Património histórico, artístico e cultural						0,00 €
Outros						0,00 €
Bens de domínio público em curso					70 398,66 €	70 398,66 €
Ativos fixos em concessão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,01 €	0,01 €
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções						0,00 €
Infraestruturas					0,01 €	0,01 €
Património histórico, artístico e cultural						0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso						0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	3 672 915,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	391 733,89 €	4 064 649,83 €
Terrenos e recursos naturais	3 672 915,94 €				224 547,08 €	3 897 463,02 €
Edifícios e outras construções					157 092,47 €	157 092,47 €
Equipamento básico					4 484,12 €	4 484,12 €
Equipamento de transporte						0,00 €
Equipamento administrativo					5 446,80 €	5 446,80 €
Equipamentos biológicos						0,00 €
Outros					163,42 €	163,42 €
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00 €
TOTAL	3 672 915,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 113 946,52 €	4 951 862,47 €

Tabela 56 - Diminuições - Consolidadas

Refira-se que não foi efetuada a conversão das vidas úteis dos bens das entidades SNC para SNC-AP, pois além de ter existido uma aproximação das vidas úteis com a adoção do SNC-AP (CATAA), o impacto de tal conversão estima-se reduzido e com muito pouco impacto na leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, não justificando, desta forma, o seu apuramento.

6 — Locações

Não Aplicável.

7 — Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada para os custos de empréstimos obtidos, valor de custos capitalizados e taxa de capitalização usada

Todos os gastos incorridos com os empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos no exercício.

Apenas a entidade consolidante apresenta valor na rubrica de empréstimos obtidos, e este Município optou por não capitalizar os gastos incorridos com os empréstimos obtidos.

Município	SMCB	Albigec	CATAA	TOTAL
14 850,22 €				14 850,22 €
14 850,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 850,22 €

Tabela 57 - Total de Gastos do Exercício com Empréstimos Obtidos

Importa ainda referir que as rubricas de financiamento obtidos do Balanço Consolidado incluem a informação dos empréstimos bancários.

Designação	Município	SMCB	Albigec	CATAA	TOTAL
Empréstimos bancários					
Passivo Não Corrente	77 378,03 €				77 378,03 €
Passivo Corrente	329 046,44 €				329 046,44 €
Subvenções e Subsídios reembolsáveis					
Passivo Não Corrente					0,00 €
Passivo Corrente					0,00 €
TOTAL	406 424,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	406 424,47 €

Tabela 58 - Total da Dívida Consolidada de Empréstimos Obtidos

8 — Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento refere-se apenas à entidade consolidante, uma vez que as entidades consolidadas não apresentam este tipo de investimento.

O Município de Castelo Branco adota o modelo do custo relativamente às suas Propriedades de Investimento.

Nos termos da NCP 8, “Propriedade de investimento “é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas, que não sejam rendas sociais, ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para vender no decurso normal das operações.

Nos termos das definições referidas, a classificação em propriedade de investimento resulta sempre do fim principal a que se destina o ativo correspondente, pelo que a existências de rendas não significa que o ativo correspondente tenha esse único fim.

O método de depreciação utilizado foi o método da linha reta e as vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas são as definidas de acordo com o Classificador Complementar.

Contas Consolidadas 2025

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações (modelo do custo)						Quantia escriturada final (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Depreciações do período (5)	Perdas por imparidade (6)	Reversões de perdas por imparidade (7)	Diferença cambial (8)	
Propriedades de investimento								
Bens de domínio público								0,00 €
Terrenos e recursos naturais	1 569 920,40 €							1 569 920,40 €
Edifícios e outras construções	11 461 992,80 €	118 389,99 €	1 254 519,29 €	-299 540,02 €			64 270,32 €	12 471 091,74 €
Outras propriedades de investimento								0,00 €
Propriedades de investimento em curso		9 025,90 €						9 025,90 €
Total	13 031 913,20 €	127 415,89 €	1 254 519,29 €	-299 540,02 €	0,00 €	0,00 €	64 270,32 €	14 050 038,04 €

Tabela 59 - Quantia escriturada e variações do período



Rubricas (1)	Adições (modelo do custo)									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança ...	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Propriedades de investimento										
Bens de domínio público										0,00 €
Terrenos e recursos naturais										0,00 €
Edifícios e outras construções		118 389,99 €								118 389,99 €
Outras propriedades de investimento										0,00 €
Propriedades de investimento em curso		9 025,90 €								9 025,90 €
Total	0,00 €	127 415,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	127 415,89 €

Tabela 60 - Adições

9 — Imparidade de ativos

O grupo público do Município de Castelo Branco tem reconhecidas perdas por imparidades relativas às seguintes rubricas:

- ❖ Município de Castelo Branco:
 - Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados;
 - Clientes, contribuintes e utentes;
 - Outras contas a receber e a pagar;
 - Ativos Fixos Tangíveis.
- ❖ Serviços Municipalizados de Castelo Branco:
 - Clientes, contribuintes e utentes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- ❖ Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M.,S.A:
 - Dívidas a receber de clientes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- ❖ CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro - Alimentar de Castelo Branco:
 - Dívidas a receber de clientes.
 - Outras contas a receber e a pagar.

No caso do Município de Castelo Branco e dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, as imparidades reconhecidas correspondem a dívida com mais de seis meses, cuja previsão de cobrança é reduzida.

No que respeita à reversão de imparidades o valor corresponde à anulação de saldos de clientes considerados incobráveis.

A este respeito, também atendendo aos baixos montantes apresentados pelas entidades SNC (Albigeç), não foram harmonizados os períodos, pois estima-se num potencial impacto muito reduzido.

No que respeita à reversão de imparidades o valor corresponde à anulação de saldos de clientes considerados incobráveis.

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão / Reforço de Imparidades	Movimentos de Consolidação	Quantia recuperável
Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados reembolsáveis	9 916,53 €	9 916,53 €			0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	3 955 947,89 €	1 599 261,53 €	4 274,19 €	-81 752,10 €	2 279 208,45 €
Outras contas a receber (Ativo não Corrente/Ativo Corrente)	11 195 929,54 €	131 810,08 €	0,00 €	-254 741,79 €	10 809 377,67 €
Ativos fixos tangíveis	364 682 552,66 €	7 749 784,19 €	253 055,52 €		357 185 823,99 €
Total	379 844 346,62 €	9 490 772,33 €	257 329,71 €	-336 493,89 €	370 274 410,11 €

Tabela 61 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa consolidados

Classe Ativo	Descrição	Imparidade Reconhecida	Reversão de Imparidades
21	Clientes, contribuintes e utentes	74 675,26 €	4 274,19 €
27	Outras contas a receber e a pagar	19 625,88 €	0,00 €
Total		94 301,14 €	4 274,19 €

Tabela 62 - Quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida consolidada

10 — Inventários

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada por uma entidade e detida para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Os inventários também incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos por uma entidade, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, exceto quando forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação, devendo ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição.

Quando os inventários forem detidos para distribuir sem contrapartida ou com uma contrapartida simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para subseqüentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Quando os inventários são vendidos, trocados ou distribuídos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. Se não existir rendimento relacionado, o gasto é reconhecido quando os bens forem distribuídos ou o respetivo serviço for prestado. A quantia de qualquer abate de inventários, assim como todas as perdas de inventários, devem ser reconhecidas como um gasto no período em que ocorra o abate ou a perda. A reversão de qualquer abate de inventários é reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período em que a reversão ocorre.

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2025, custo médio ponderado.

Os quadros seguintes apresentam a informação sobre os valores de inventários e os movimentos do período.

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	848 151,91 €		848 151,91 €
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	650 499,36 €		650 499,36 €
Produtos acabados e intermédios	84 097,50 €		84 097,50 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	1 582 748,77 €	0,00 €	1 582 748,77 €

Tabela 63 - Inventários - quantias escrituradas

Rubrica	Movimentos do período								
	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	Quantia escriturada final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/+ (4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	821 324,09 €	3 235 728,36 €	3 215 512,13 €				5 347,43 €	11 959,02 €	848 151,91 €
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	740 536,83 €	1 075 364,49 €	1 151 955,44 €				15 059,03 €	1 612,51 €	650 499,36 €
Produtos acabados e intermédios	61 450,00 €			22 647,50 €					84 097,50 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00 €
Produtos e trabalhos em curso									0,00 €
TOTAL	1 623 310,92 €	4 311 092,85 €	4 367 467,57 €	22 647,50 €	0,00 €	0,00 €	20 406,46 €	13 571,53 €	1 582 748,77 €

Tabela 64 - Inventários: movimentos do período

11 — Agricultura

Não Aplicável.

12 — Contratos de construção

Não Aplicável.

13 — Rendimento de transações com contraprestação

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento, métodos adotados para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviços, quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período e quantia de rendimento proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento.

Aos rendimentos de transações com contraprestação de 2025 foi aplicado o princípio da especialização de exercícios, sempre que se reuniram condições para tal.

O rendimento é reconhecido quando for possível que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Contas Consolidadas 2025

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em 31/12/2025		Movimentos de consolidação	Montantes consolidados		Adiantamentos recebidos	
	Resultados	Património líquido		Resultados	Património líquido		
70	Impostos, contribuições e taxas						
704	Taxas, multas e outras penalidades	997 257,81 €		997 257,81 €			
71	Vendas						
		3 420 229,90 €	-250 122,39 €	3 170 107,51 €			
72	Prestação de serviços						
		12 621 159,03 €	-704 775,63 €	11 916 383,40 €			
73	Variações nos inventários da produção						
		22 647,50 €	3 636,96 €	26 284,46 €			
74	Trabalhos para a própria entidade						
		117 161,84 €		117 161,84 €			
78	Outros rendimentos						
781	Rendimentos suplementares	1 020 321,76 €		1 020 321,76 €			
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	17,84 €		17,84 €			
784	Ganhos em inventários	13 571,53 €		13 571,53 €			
786	Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00 €		0,00 €			
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	4 469 020,77 €		4 469 020,77 €			
7881	Correções relativas a períodos anteriores	924 149,50 €		924 149,50 €			
7889	Outros não especificados	48 361,95 €		48 361,95 €			
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares						
		2 175 943,83 €		2 175 943,83 €			
TOTAL		25 829 843,26 €	0,00 €	-951 261,06 €	24 878 582,20 €	0,00 €	0,00 €

Tabela 65 - Rendimentos de transações com contraprestação consolidados

14 — Rendimento de transações sem contraprestação

Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente, os impostos e as transferências e políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos rendimentos referidos.

Aos rendimentos de transações com contraprestação de 2025 foi aplicado o princípio da especialização de exercícios, sempre que se reuniram condições para tal.

Exceção feita aos montantes recebidos de Subsídios ao Investimento pela entidade consolidante do Fundo de Equilíbrio Financeiro – vertente de capital e n.º 3 do art.º 35 da Lei 73/2013, que são registados inicialmente no património líquido e que depois são reconhecidos, proporcionalmente, em proveitos do ano à medida em que os bens que estão imputados também são depreciados.

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Movimentos de consolidação	Montantes consolidados		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido		Resultados	Património líquido	
701 Impostos diretos						
70105 Imposto municipal sobre imóveis	6 799 568,00 €			6 799 568,00 €		
70106 Imposto único de circulação	1 654 414,65 €			1 654 414,65 €		
70199 Outros	792,51 €			792,51 €		
702 Impostos indiretos						
70210 Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	4 122 853,98 €			4 122 853,98 €		
75 Transferências e subsídios correntes obtidos						
75111 Estado	29 825 966,64 €			29 825 966,64 €		
75113 Administração Local	829 959,80 €		-829 959,80 €	0,00 €		
75115 Segurança Social	25 482,36 €			25 482,36 €		
75119 Outras entidades	405 514,22 €		-357 852,94 €	47 661,28 €		
7512 Instituições sem fins lucrativos	33 931,93 €			33 931,93 €		
7513 Famílias	419 103,09 €			419 103,09 €		
7514 Resto do mundo	146 668,29 €			146 668,29 €		
7519 Outras entidades	0,00 €			0,00 €		
752 Subsídios correntes	69 145,85 €			69 145,85 €		
76 Reversões						
761 De depreciações e de amortizações	0,00 €			0,00 €		
762 De perdas por imparidade	4 274,19 €			4 274,19 €		
763 De provisões	0,00 €			0,00 €		
78 Outros rendimentos						
785 Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	53 459,06 €		-20 602,95 €	32 856,11 €		
7880 Outros rendimentos do Estado	91 846,13 €			91 846,13 €		
7882 Excesso de estimativa para impostos	0,00 €			0,00 €		
7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos	5 484 966,92 €		-100 574,16 €	5 384 392,76 €		
7884 Ganhos em outros instrumentos financeiros	0,00 €			0,00 €		
TOTAL	49 967 947,62 €	0,00 €	-1 308 989,85 €	48 658 957,77 €	0,00 €	0,00 €

Tabela 66 - Rendimentos de transações sem contraprestação consolidados

15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Quantia escriturada no início e no fim do período, aumentos e diminuições de provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	2 109 467,83 €	707 858,51 €	195 294,14 €		903 152,65 €					3 012 620,48 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	2 109 467,83 €	707 858,51 €	195 294,14 €	- €	903 152,65 €	- €	- €	- €	- €	3 012 620,48 €

Tabela 67 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões inscritas, correspondem à CMCB e SMCB e refletem o risco efetivo de ex fluxos de benefícios económicos esperados, não sendo possível prever o momento em que estes ex fluxos poderão ocorrer.

16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

17 — Acontecimentos após a data de relato

Autorização para emissão das contas e quem deu essa autorização

As demonstrações financeiras consolidadas reuniram condições para a sua emissão, após aprovadas as contas individuais da entidade consolidante e das entidades consolidadas.

Atualização das divulgações acerca de condições à data do balanço consolidado

Após o encerramento do período e até à data de elaboração do presente anexo, registaram-se factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas consolidadas. No caso da entidade Cataa, a aprovação das contas individuais ocorreu apenas em momento próximo da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em virtude das limitações existentes na implementação da contabilidade orçamental. Esta circunstância determinou ajustamentos aos valores apurados no âmbito da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), face aos montantes inicialmente considerados.

Divulgação de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras

Considerando a incerteza relativamente à evolução da conjuntura económica e social torna-se impossível prever quais os efeitos financeiros para o Grupo Municipal no âmbito das suas funções sociais e económicas.

18 — Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros, quantia escriturada de cada uma das categorias, bases de determinação do justo valor

Relativamente à entidade consolidante, a participação financeira do Município de Castelo Branco, no capital social de outras entidades consta no quadro infra. As participações nas entidades consolidadas Serviços Municipalizados de Castelo Branco, Albigec – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A. e CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco, estão mensuradas nas demonstrações individuais pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações consolidadas as referidas participações foram eliminadas.

As restantes participações estão mensuradas pelo método do custo.

Contas Consolidadas 2025

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor escriturado no final de 2025 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%	22 066 789,09 €	87 429 195,31 €
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal ,6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%	50 000,00 €	853 211,47 €
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%	47 000,00 €	2 396 074,33 €
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11, 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,77%	24 950,00 €	24 950,00 €
Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Herdade da Marrás, 7480-352 Figueira e Barros	10 000 000,00 €	599 719,00 €	6,00%	599 719,00 €	599 719,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Greogório Lopes, Lote 1514 R/c, 1400-195 Lisboa	417 857 175,00 €	1 236 294,00 €	0,30%	1 236 294,00 €	1 236 294,00 €
Total								92 539 444,11 €

Tabela 68 – Participações Financeiras

Contas Consolidadas 2025

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Imparidades iniciais	Variações				Movimentos de consolidação	Quantia escriturada final
			Adições	Aplicação MEP contas individuais	Amortizações	Reversões de perdas por imparidade		
Investimentos em entidades controladas	90 997 759,77 €			-319 278,66 €			90 678 481,11 €	0,00 €
Investimentos em entidades associadas	3 941 169,00 €							3 941 169,00 €
Investimentos em empreendimentos conjuntos	0,00 €							0,00 €
Investimentos noutras entidades	1 239 526,05 €							1 239 526,05 €
Outros investimentos financeiros	10 139,19 €							10 139,19 €
Total	96 188 594,01 €	0,00 €	0,00 €	-319 278,66 €	0,00 €	0,00 €	90 678 481,11 €	5 190 834,24 €

Tabela 69- Investimentos financeiros consolidados

No presente quadro, na rubrica “Investimentos em entidades controladas” optou-se por evidenciar na quantia escriturada inicial o montante sem o efeito dos lançamentos de consolidação de 2024 (em 31/12/2024, em termos consolidados, a rubrica tinha valor de 0,00€), para que fosse possível evidenciar o impacto dos movimentos ocorridos em 2025, quer dos MEP registados individualmente assim como dos movimentos de consolidação 2025.

Contas Consolidadas 2025

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Movimentos de Consolidação	Saldo Final
51 Património / capital	56 400 132,98 €				56 400 132,98 €
551 Reservas legais	7 069 534,63 €				7 069 534,63 €
552 Outras Reservas	0,00 €				0,00 €
561 Resultados transitados de períodos anteriores	288 013 786,68 €		1 489 320,49 €	43 259,41 €	286 567 725,60 €
562 Regularizações	17 780 465,97 €	2 409 261,13 €	1 272 216,70 €		18 917 510,40 €
564 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-5 534 792,58 €				-5 534 792,58 €
57 Ajustamentos em ativos financeiros	0,00 €	214 901,48 €	295 122,27 €	80 220,79 €	0,00 €
59 Outras variações no património líquido	72 980 205,54 €	9 564 159,68 €	10 339 002,45 €	99 120,28 €	72 304 483,05 €
818 Resultado líquido do período	-1 489 320,49 €	1 489 320,49 €	2 510 608,37 €	88 326,89 €	-2 422 281,48 €
Interesses que não controlam	149 739,48 €			2 755,31 €	152 494,79 €
Total	435 369 752,20 €	13 677 642,78 €	15 906 270,28 €	313 682,68 €	433 454 807,39 €

Tabela 70 - Movimentos Ocorridos nas rúbricas de Património Líquido Consolidado

Relativamente aos movimentos de consolidação remete-se a leitura para o ponto 7 do relatório de gestão. Quantos aos movimentos de 2025 sem ser de consolidação remete-se a leitura para as Prestações de Contas Individuais.

19 — Benefícios dos empregados

Não Aplicável.

20 — Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo da entidade consolidante nas participadas incluídas na consolidação e as transações entre ambas.

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação Valor nominal subscrito (€)	% Controlo		Controlo Final
Denominação	N.I.P.C.					Direto	Indireto	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%		100,00%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal ,6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%		100,00%
	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%		94,00%

Tabela 71 - Entidades controladas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação		
		Tipo	Quantia	% no total das transações
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos prestados à entidade controladora	919 219,52 €	44,07%
		SMCB - Subsídio concedido pela entidade controladora (*)	470 843,75 €	22,57%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	Entidade Controlada	Subsídio concedido pela entidade controladora	357 852,94 €	17,16%
		Serviços de inspeção de elevadores prestados pela CMCB à Albigec	70,27 €	0,00%
		Fornecimentos e serviços externos prestados à entidade controladora	3 636,96 €	0,17%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	Entidade Controlada	Subsídio concedido pela entidade controladora	334 241,02 €	16,02%
Total			2 085 864,46 €	100,00%

(*1) - 44.516,13€ deste montante apenas foram registados pelos SMCB em 2026

Tabela 72 - Transações entre partes relacionadas

Pessoas chave da gestão da entidade consolidante – Município de Castelo Branco

NOME	ORGÃO/CARGO	Período de Responsabilidade
Christelle Varanda Domingos	Vereador	03-11-2025 ---- 31-12-2025
Hélder Manuel Guerra Henriques	Vereador	01-01-2025 ---- 03-11-2025
João Manuel Ascensão Belém	Vereador	01-01-2025 ---- 03-11-2025
Jorge Manuel Carrega Pio	Vereador	01-01-2025 ---- 03-11-2025
Jorge Manuel Carrega Pio	Vereador	03-11-2025 ---- 31-12-2025
José Augusto Rodrigues Alves	Vereador	03-11-2025 ---- 31-12-2025
José Fernando Lameira Henriques	Vereador	03-11-2025 ---- 31-12-2025
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente da Câmara	01-01-2025 ---- 03-11-2025
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente da Câmara	03-11-2025 ---- 31-12-2025
Luís Manuel dos Santos Correia	Vereador	01-01-2025 ---- 03-11-2025
Margarida Lourenço Duarte	Vereador	03-11-2025 ---- 31-12-2025
Patrícia Alexandra Santos Cavalheiro Coelho	Vereadora	01-01-2025 ---- 03-11-2025
Paula Maria Magueijo Lisboa	Vereadora	01-01-2025 ---- 03-11-2025
Sónia Cristina Cristóvão Mexia	Vereador	03-11-2025 ---- 31-12-2025

Tabela 73- Relação Nominal dos Responsáveis CMCB

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Helder Manuel Guerra Henriques	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2025 --- 06/11/2025
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente Conselho de Administração	01/01/2025 --- 06/11/2025
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente Conselho de Administração	07/11/2025 --- 31/12/2025
Nuno Miguel Ferreira Lopes Silva	Vogal do Conselho de Administração	07/11/2025 --- 31/12/2025
Sónia Cristina Cristóvão Mexia	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2025 --- 06/11/2025
Sónia Cristina Cristóvão Mexia	Vogal do Conselho de Administração	07/11/2025 --- 31/12/2025

Tabela 74 - Relação Nominal dos Responsáveis SMCB

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – Albigeç – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM, SA.

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Hélio Pedro Gonçalves Lameiras	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2025 --- 07/12/2025
Hélio Pedro Gonçalves Lameiras	Vogal do Conselho de Administração	08/12/2025 --- 31/12/2025
João Francisco Pires Nunes Serra Patrício	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2025 --- 07/12/2025
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	01/01/2025 --- 07/12/2025
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	08/12/2025 --- 31/12/2025
Nuno Miguel Ferreira Lopes Silva	Vogal do Conselho de Administração	08/12/2025 --- 31/12/2025

Tabela 75- Relação Nominal dos Responsáveis Albigeç

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – CATAA – Associação Centro Tecnológico de Apoio Agro Alimentar de Castelo Branco

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Christelle Varanda Domingos	Vogal	03/12/2025 --- 31/12/2025
João José de Almeida Vilela	Vogal	01/01/2025 --- 02/12/2025
João José de Almeida Vilela	Vogal	03/12/2025 --- 31/12/2025
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	01/01/2025 --- 02/12/2025
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	03/12/2025 --- 31/12/2025
Patricia Margarida Santos Carvalheiro Coelho	Vogal	01/01/2025 --- 02/12/2025

Tabela 76 - Relação Nominal dos Responsáveis CATAA

21 — Relato por segmentos

Não aplicável.

22 — Interesses em outras entidades

As entidades em que o Município detém interesse são as constantes da nota 18.

23 – Outras divulgações

Conta	Gastos	2025		2024		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
60	Transferências e subsídios concedidos	9 080 677,68 €	11,95%	7 933 582,65 €	10,90%	1 147 095,03 €	12,63%
61	Custos Mercadorias Vendidas e Das Matérias Consumidas	4 367 467,57 €	5,75%	3 975 789,19 €	5,46%	391 678,38 €	8,97%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	21 831 124,13 €	28,74%	20 484 634,81 €	28,15%	1 346 489,32 €	6,17%
63	Gastos com Pessoal	19 181 701,03 €	25,25%	17 439 068,39 €	23,96%	1 742 632,64 €	9,08%
64	Gastos de depreciação e de amortização	18 084 123,06 €	23,81%	18 942 527,66 €	26,03%	-858 404,60 €	-4,75%
65	Perdas por imparidades	94 301,14 €	0,12%	22 272,78 €	0,03%	72 028,36 €	0,00%
67	Provisões do período	707 858,51 €	0,93%	787 390,45 €	1,08%	-79 531,94 €	-11,24%
68	Outros gastos	2 599 300,53 €	3,42%	3 139 793,46 €	4,31%	-540 492,93 €	-20,79%
69	Juros e gastos similares suportado	15 098,06 €	0,02%	47 405,73 €	0,07%	-32 307,67 €	-213,99%
Total		75 961 651,71 €	100%	72 772 465,12 €	100%	3 189 186,59 €	4,20%

Tabela 77 - Gastos e perdas consolidados

Conta	Rendimentos	2025		2024		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
70	Impostos, contribuições e taxas	13 574 886,95 €	18,46%	13 198 256,04 €	18,51%	376 630,91 €	2,77%
71	Vendas	3 170 107,51 €	4,31%	3 061 977,21 €	4,29%	108 130,30 €	3,41%
72	Prestações de serviços e concessões	11 916 383,40 €	16,20%	12 412 989,50 €	17,41%	-496 606,10 €	-4,17%
73	Variações nos inventários de produção	26 284,46 €	0,04%	-43 578,83 €	0,00%	69 863,29 €	-265,80%
74	Trabalhos para a própria entidade	117 161,87 €	0,16%	172 467,24 €	0,24%	-55 305,37 €	-47,20%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	30 567 959,44 €	41,57%	28 573 804,38 €	40,08%	1 994 155,06 €	6,52%
76	Reversões	4 274,19 €	0,01%	81 131,83 €	0,11%	-76 857,64 €	-1798,18%
78	Outros rendimentos	11 984 538,35 €	16,30%	10 661 582,86 €	14,95%	1 322 955,49 €	11,04%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2 175 943,83 €	2,96%	3 177 094,69 €	4,46%	-1 001 150,86 €	-46,01%
Total dos rendimentos		73 537 540,00 €	100%	71 295 724,92 €	100%	2 241 815,08 €	3,05%

Tabela 78 - Rendimentos e ganhos consolidados

Conta Fornecimentos e serviços externos	2025		2024		Variação	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
621 Subcontratos	6 552 166,10 €	30,01%	5 305 850,18 €	25,90%	1 246 315,92 €	19,02%
622 Serviços especializados	5 482 571,20 €	25,11%	5 706 976,04 €	27,86%	-224 404,84 €	-4,09%
623 Materiais	552 406,87 €	2,53%	393 886,13 €	1,92%	158 520,74 €	28,70%
624 Energia e fluídos	3 235 296,98 €	14,82%	4 065 270,46 €	19,85%	-829 973,48 €	-25,65%
625 Deslocações, estadas e transportes	264 128,09 €	1,21%	274 045,95 €	1,34%	-9 917,86 €	-3,75%
626 Serviços diversos	5 744 554,89 €	26,31%	4 738 606,05 €	23,13%	1 005 948,84 €	17,51%
Total	21 831 124,13 €	100%	20 484 634,81 €	100%	1 346 489,32 €	6,17%

Tabela 79 - Fornecimentos e serviços externos consolidados

Contas Consolidadas 2025

Conta	Gastos com o Pessoal	2025		2024		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	227 173,53 €	1,18%	239 542,57 €	1,67%	-12 369,04 €	-5,44%
631	Remunerações dos órgãosw sociais e de gestão	67 345,97 €	0,35%	58 273,95 €	0,44%	9 072,02 €	13,47%
632	Remunerações do pessoal	14 993 516,37 €	78,17%	13 662 990,51 €	76,23%	1 330 525,86 €	8,87%
633	Benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
634	Indemnizações	51 096,57 €	0,27%	50 268,31 €	0,26%	828,26 €	1,62%
635	Encargos sobre remunerações	3 367 903,14 €	17,56%	2 919 251,51 €	16,60%	448 651,63 €	13,32%
636	Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	202 912,07 €	1,06%	188 844,03 €	1,31%	14 068,04 €	6,93%
637	Gastos de ação social	230,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	230,00 €	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	10 735,49 €	0,06%	82 238,38 €	1,64%	-71 502,89 €	-666,04%
639	Outros encargos sociais	260 787,89 €	1,36%	237 659,13 €	1,84%	23 128,76 €	8,87%
Total		19 181 701,03 €	100%	17 439 068,39 €	100%	1 742 632,64 €	9,08%

Tabela 80 - Gastos com o pessoal consolidados



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Câmara Municipal de Castelo Branco

Ano Financeiro 2025

Contas Consolidadas 2025

Rub.	RECEBIMENTOS	2025	2024
	Saldo da gerência anterior	99 226 620,13 €	117 434 231,85 €
	Operações Orçamentais [1]	98 782 881,05 €	117 047 328,03 €
	Devolução do saldo oper. Orçamentais		
	Operações de tesouraria [A]	443 739,08 €	386 903,82 €
	Receita corrente	65 289 345,31 €	57 775 433,31 €
R1	Receita Fiscal	12 687 703,82 €	12 169 883,01 €
R11	Impostos diretos	12 687 703,82 €	12 169 883,01 €
R12	Impostos indiretos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	991 490,69 €	1 104 341,17 €
R4	Rendimentos de propriedade	3 002 167,42 €	3 134 232,39 €
R5	Transferências correntes	31 280 959,82 €	25 401 753,00 €
R51	Administrações Públicas	31 280 959,82 €	25 401 753,00 €
R511	Administração Central - Estado Português	31 186 331,61 €	25 346 682,37 €
R512	Administração Central - Outras entidades	69 145,85 €	29 588,27 €
R513	Segurança Social	25 482,36 €	25 482,36 €
R514	Administração Regional		
R515	Administração Local		
R52	Exterior - U E		
R53	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	16 946 770,76 €	15 713 049,13 €
R7	Outras receitas correntes	380 252,80 €	252 174,61 €
	Receita de capital	11 657 836,78 €	5 820 950,80 €
R8	Venda de bens de investimento	3 612 489,51 €	674 805,15 €
R9	Transferências de capital	7 880 434,67 €	5 072 594,70 €
R91	Administrações Públicas	7 880 434,67 €	5 072 574,31 €
R911	Administração Central - Estado Português	7 880 434,67 €	4 899 707,67 €
R912	Administração Central - Outras entidades		
R913	Segurança Social		
R914	Administração Regional		
R915	Administração Local		172 866,64 €
R92	Exterior - U E		
R93	Outras		20,39 €
R10	Outras receitas de capital	164 912,60 €	73 550,95 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	63 492,98 €	47 493,85 €
	Receita efetiva [2]	77 010 675,07 €	63 643 877,96 €
	Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros		
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	175 793 556,12 €	180 691 205,99 €
	Operações de tesouraria [B]	172 467,66 €	310 423,78 €

Rub.	PAGAMENTOS	2025	2024
	Despesa corrente	53 147 279,42 €	62 499 642,72 €
D1	Despesas com o pessoal	17 995 262,61 €	15 814 602,09 €
D11	Remunerações Certas e Permanentes	14 222 980,27 €	12 343 407,15 €
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	524 443,06 €	444 156,85 €
D13	Segurança Social	3 247 839,28 €	3 027 038,09 €
D2	Aquisição de bens e serviços	26 272 957,03 €	38 317 965,21 €
D3	Juros e outros encargos	15 843,58 €	42 088,64 €
D4	Transferências correntes	7 788 359,42 €	7 045 008,19 €
D41	Administrações Públicas	2 234 268,69 €	1 573 153,95 €
D4111	Administração Central - Estado Português	157 034,43 €	194 158,60 €
D4112	Administração Central - Outras entidades	33 500,00 €	
D4113	Segurança Social		
D4114	Administração Regional		
D4115	Administração Local	2 043 734,26 €	1 378 995,35 €
D412	Instituições sem fins lucrativos	4 602 726,38 €	4 527 527,32 €
D413	Famílias	586 849,13 €	594 386,48 €
D414	Outras	364 515,22 €	349 940,44 €
D42	Subsídios Correntes		321 385,60 €
D5	Outras despesas correntes	1 074 856,78 €	958 592,99 €
	Despesa de capital	27 154 903,65 €	19 055 000,12 €
D6	Aquisição de Bens de Capital	25 327 314,54 €	17 724 812,24 €
D7	Transferências e Subsídios de capital	1 827 589,11 €	1 330 187,88 €
D71	Transferências de Capital	1 827 589,11 €	1 330 187,88 €
D711	Administrações Públicas	326 177,38 €	213 671,69 €
D7111	Administração Central - Estado Português		
D7112	Administração Central - Outras entidades		
D7113	Segurança Social		
D7114	Administração Regional		
D7115	Administração Local	326 177,38 €	213 671,69 €
D712	Instituições sem fins lucrativos	1 369 649,60 €	623 967,60 €
D713	Famílias	131 762,13 €	492 548,59 €
D714	Outras		
D72	Subsídio de Capital		
D8	Outras despesas de capital		
	Despesa efetiva [5]	80 302 183,07 €	81 554 642,84 €
	Despesa não efetiva [6]	417 539,33 €	494 626,85 €
D10	Despesa com ativos financeiros		
D11	Despesa com passivos financeiros	417 539,33 €	494 626,85 €
	Soma [7]=[5]+[6]	80 719 722,40 €	82 049 269,69 €
	Operações de tesouraria [C]	81 880,50 €	253 588,52 €
	Saldo para a gerência seguinte	95 608 159,96 €	99 085 675,38 €
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	95 073 833,72 €	98 641 936,30 €
	Operações de tesouraria [D]= [A]+[B]-[C]	534 326,24 €	443 739,08 €
	Saldo global [2]-[5]	-3 291 508,00 €	-17 910 764,88 €
	Despesa primária	80 286 339,49 €	81 512 554,20 €
	Saldo corrente	12 142 065,89 €	-4 724 209,41 €
	Saldo de capital	-15 914 606,20 €	-13 728 676,17 €
	Saldo primário	-3 275 664,42 €	-17 868 676,24 €
	Receita total [1]+[2]-[3]	175 793 556,12 €	180 691 205,99 €
	Despesa total [5]+[6]	80 719 722,40 €	82 049 269,69 €

Tabela 81 - Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental

Contas Consolidadas 2025



Rub.	LIQUIDAÇÕES	2025	2024	Rub.	OBRIGAÇÕES	2025	2024
	Receita corrente	65 289 345,31 €	57 775 433,31 €		Despesa corrente	53 147 279,42 €	62 499 642,72 €
R1	Receita Fiscal	12 687 703,82 €	12 169 883,01 €	D1	Despesas com o pessoal	17 995 262,61 €	15 814 602,09 €
R11	Impostos diretos	12 687 703,82 €	12 169 883,01 €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	14 222 980,27 €	12 343 407,15 €
R12	Impostos indiretos			D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	524 443,06 €	444 156,85 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D13	Segurança Social	3 247 839,28 €	3 027 038,09 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	991 490,69 €	1 104 341,17 €	D2	Aquisição de bens e serviços	26 272 957,03 €	38 317 965,21 €
R4	Rendimentos de propriedade	3 002 167,42 €	3 134 232,39 €	D3	Juros e outros encargos	15 843,58 €	42 088,64 €
R5	Transferências correntes	31 280 959,82 €	25 401 753,00 €	D4	Transferências correntes	7 788 359,42 €	7 045 008,19 €
R51	Administrações Públicas	31 280 959,82 €	25 401 753,00 €	D41	Administrações Públicas	2 234 268,69 €	1 573 153,95 €
R511	Administração Central - Estado Português	31 186 331,61 €	25 376 270,64 €	D4111	Administração Central - Estado Português	157 034,43 €	194 158,60 €
R512	Administração Central - Outras entidades	69 145,85 €		D4112	Administração Central - Outras entidades	33 500,00 €	
R513	Segurança Social	25 482,36 €	25 482,36 €	D4113	Segurança Social		
R514	Administração Regional			D4114	Administração Regional		
R515	Administração Local			D4115	Administração Local	2 043 734,26 €	1 378 995,35 €
R52	Exterior - U E			D412	Instituições sem fins lucrativos	4 602 726,38 €	4 527 527,32 €
R53	Outras			D413	Famílias	586 849,13 €	594 386,48 €
R6	Venda de bens e serviços	16 946 770,76 €	15 713 049,13 €	D414	Outras	364 515,22 €	349 940,44 €
R7	Outras receitas correntes	380 252,80 €	252 174,61 €	D42	Subsídios Correntes		321 385,60 €
	Receita de capital	11 657 836,78 €	5 820 950,80 €	D5	Outras despesas correntes	1 074 856,78 €	958 592,99 €
R8	Venda de bens de investimento	3 612 489,51 €	674 805,15 €		Despesa de capital	27 154 903,65 €	19 055 000,12 €
R9	Transferências de capital	7 880 434,67 €	5 072 594,70 €	D6	Aquisição de Bens de Capital	25 327 314,54 €	17 724 812,24 €
R91	Administrações Públicas	7 880 434,67 €	5 072 594,70 €	D7	Transferências e Subsídios de capital	1 827 589,11 €	1 330 187,88 €
R911	Administração Central - Estado Português	7 880 434,67 €	4 899 707,67 €	D71	Transferências de Capital	1 827 589,11 €	
R912	Administração Central - Outras entidades			D711	Administrações Públicas	326 177,38 €	213 671,69 €
R913	Segurança Social		20,39 €	D7111	Administração Central - Estado Português		
R914	Administração Regional			D7112	Administração Central - Outras entidades		
R915	Administração Local		172 866,64 €	D7113	Segurança Social		
R92	Exterior - U E			D7114	Administração Regional		
R93	Outras			D7115	Administração Local	326 177,38 €	213 671,69 €
R10	Outras receitas de capital	164 912,60 €	73 550,95 €	D712	Instituições sem fins lucrativos	1 369 649,60 €	623 967,60 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	63 492,98 €	47 493,85 €	D713	Famílias	131 762,13 €	492 548,59 €
				D714	Outras		
				D72	Subsídio de Capital		
				D8	Outras despesas de capital		
	Receita efetiva [2]	77 010 675,07 €	63 643 877,96 €		Despesa efetiva [5]	80 302 183,07 €	81 554 642,84 €
	Receita não efetiva [3]	- €	- €		Despesa não efetiva [6]	417 539,33 €	494 626,85 €
R12	Receita com ativos financeiros			D10	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros			D11	Despesa com passivos financeiros	417 539,33 €	494 626,85 €
	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	77 010 675,07 €	63 643 877,96 €		Despesa total [7]=[5]+[6]	80 719 722,40 €	82 049 269,69 €

Tabela 82- Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Descrição	Dívida vincenda		Intervalos de antiguidade da dívida vencida				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza		
	Curto prazo	Médio / Longo prazo	< 90	90 - 180	180 - 365	> 365			Curto prazo	Médio / Longo prazo	Soma
Despesas Correntes											
Despesas com pessoal											
Remunerações certas e permanentes			134 188,63 €					134 188,63 €		134 188,63 €	
Abonos variáveis ou eventuais			4 240,41 €					4 240,41 €		4 240,41 €	
SS - Encargos com saúde											
ADSE e outros da AP										0,00 €	
Outros sectores fora da AP										0,00 €	
SS - Contribuições da segurança social											
CGA	14 925,94 €							14 925,94 €		14 925,94 €	
Segurança social - Regime geral	27 588,34 €							27 588,34 €		27 588,34 €	
Outras										0,00 €	
SS - Outras											
Outras										0,00 €	
Aquisição de bens e serviços											
Aquisição de bens e serviços	376 258,90 €		303 285,07 €		40,61 €	947,00 €	987,61 €	680 531,58 €		680 531,58 €	
Juros e outros encargos											
Juros e outros encargos										0,00 €	
Transferências correntes											
Administrações públicas										0,00 €	
Outras transferências correntes	16,50 €		83,58 €					100,08 €		100,08 €	
Subsídios											
Subsídios										0,00 €	
Outras despesas correntes											
Outras despesas correntes	995,22 €		102,24 €					1 097,46 €		1 097,46 €	
Despesas de Capital											
Aquisição de bens de capital											
Aquisição de bens de capital	378 606,73 €		247 052,71 €	880,59 €	1 521,78 €	875,82 €	3 278,19 €	628 937,63 €		628 937,63 €	
Transferências de capital											
Administrações públicas										0,00 €	
Outras transferências de capital										0,00 €	
Aquisição de ativos financeiros											
Aquisição de ativos financeiros										0,00 €	
Reembolsos de passivos financeiros											
Reembolsos de passivos financeiros										0,00 €	
Outras despesas de capital											
Outras despesas de capital										0,00 €	
Soma	798 391,63 €	0,00 €	688 952,64 €	880,59 €	1 521,78 €	1 822,82 €	4 265,80 €	0,00 €	1 491 610,07 €	0,00 €	1 491 610,07 €

Tabela 83 - Demonstração Consolidada de Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos

Reconciliação dos Saldos de Caixa e seus equivalentes (Perímetro Patrimonial versus Perímetro Orçamental)

Na sequência do recomendado pela FAQ 18 do SNC-AP, divulga-se a reconciliação entre os dois perímetros de consolidação (patrimonial e orçamental) dos saldos de gerência a 31/12/2025:

Perímetro Orçamental VS Perímetro Patrimonial	
Perímetro Orçamental	Montantes
Saldo individual Caixa e equivalentes CMCB	36 143 579,23 €
Saldo individual Caixa e equivalentes SMCB	59 370 824,48 €
Saldo individual Caixa e equivalentes CATAA	49 240,12 €
Total disponibilidades individuais	95 563 643,83 €
Ajustes nas disponibilidades consolidação perímetro orçamental (Impacto líquido e com idêntico impacto no perímetro patrimonial)	44 516,13 €
Montante total disponibilidades perímetro orçamental	95 608 159,96 €
Diferenças para o Perímetro Patrimonial	
Saldo individual Caixa e equivalentes Albigeç	793 769,98 €
Total disponibilidades individuais	793 769,98 €
Ajustes nas disponibilidades consolidação perímetro patrimonial (impacto líquido), sem impacto no perímetro orçamental	- €
Montante total disponibilidades perímetro patrimonial	96 401 929,94 €

Tabela 84- Conciliação saldos de caixa e seus equivalentes



Descrição	Receita por cobrar		Receitas líquidas		Receitas cobradas líquidas		Receita por cobrar	
	Ano n-1		Ano n-1	Ano n	Ano n	Receitas cobradas	Ano n	
Receita Corrente								
Impostos directos								
Imposto municipal sobre imóveis	- €	6 984 811,15 €	- €	6 984 811,15 €	6 984 811,15 €	6 984 811,15 €	- €	- €
Imposto único de circulação	- €	1 637 122,75 €	- €	1 637 122,75 €	1 637 122,75 €	1 637 122,75 €	- €	- €
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	- €	4 064 754,76 €	- €	4 064 754,76 €	4 064 754,76 €	4 064 754,76 €	- €	- €
Impostos abolidos	- €	1 015,16 €	- €	1 015,16 €	1 015,16 €	1 015,16 €	- €	- €
Taxas, multas e outras penalidades								
Taxas específicas das autarquias locais	87 912,19 €	905 594,49 €	28 620,00 €	867 404,57 €	896 024,57 €	896 024,57 €	90 548,92 €	90 548,92 €
Multas e outras penalidades	1 620,05 €	95 446,26 €	232,46 €	95 233,66 €	95 466,12 €	95 466,12 €	327,99 €	327,99 €
Rendimentos da propriedade								
Juros-Sociedades financeiras	- €	2 746 385,72 €	- €	2 746 385,72 €	2 746 385,72 €	2 746 385,72 €	- €	- €
Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	- €	32 277,23 €	- €	32 277,23 €	32 277,23 €	32 277,23 €	- €	- €
Participações nos lucros de administ. públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Rendas	- €	223 504,47 €	- €	223 504,47 €	223 504,47 €	223 504,47 €	- €	- €
Transferências correntes								
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Administração central	- €	31 391 801,05 €	- €	31 210 884,43 €	31 255 477,46 €	31 255 477,46 €	592,85 €	592,85 €
Administração local	242 143,77 €	760 568,67 €	- €	760 568,67 €	760 568,67 €	760 568,67 €	- €	- €
Segurança social	- €	25 482,36 €	- €	25 482,36 €	25 482,36 €	25 482,36 €	- €	- €
Instituições sem fins lucrativos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resto do mundo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Venda de bens e serviços correntes								
Venda de bens	819 433,01 €	3 688 418,34 €	289 552,89 €	3 281 885,07 €	3 574 052,63 €	3 574 052,63 €	71 142,18 €	71 142,18 €
Serviços	1 207 431,83 €	10 922 916,63 €	894 765,67 €	9 609 624,29 €	10 504 389,96 €	10 504 389,96 €	107 713,05 €	107 713,05 €
Rendas	1 310 434,94 €	4 646 929,04 €	868 956,84 €	2 918 590,82 €	3 787 547,66 €	3 787 547,66 €	1 355 941,63 €	1 355 941,63 €
Outras receitas correntes								
Outras	109 107,21 €	378 824,86 €	1 530,61 €	378 722,19 €	380 252,80 €	380 252,80 €	106 672,56 €	106 672,56 €
Receita Capital								
Venda de bens de investimento								
Terrenos	- €	3 778 989,51 €	- €	3 612 489,51 €	3 612 489,51 €	3 612 489,51 €	- €	- €
Habitacões	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital								
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Sociedades financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Administração central	- €	7 880 434,67 €	- €	7 880 434,67 €	7 880 434,67 €	7 880 434,67 €	- €	- €
Administração local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Instituições sem fins lucrativos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Famílias	-	20,39 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resto do mundo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos financeiros								
Empréstimos a médio e longo prazos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras receitas de capital								
Outras	74 541,00 €	122 317,40 €	42 595,20 €	122 317,40 €	164 912,60 €	164 912,60 €	31 945,80 €	31 945,80 €
Reposições não abatidas nos pagamentos								
Reposições não abatidas nos pagamentos	- €	63 492,98 €	- €	63 492,98 €	63 492,98 €	63 492,98 €	- €	- €
Soma	3 852 603,61 €	80 351 107,89 €	2 126 253,67 €	76 517 001,86 €	78 690 463,23 €	78 690 463,23 €	1 764 884,98 €	1 764 884,98 €

Tabela 85 - Demonstração consolidada da posição do Orçamento da Receita

Nota Explicativa às Demonstrações Orçamentais Consolidadas

As demonstrações orçamentais consolidadas incluem apenas os valores da entidade consolidante Município de Castelo Branco e das entidades consolidadas Serviços Municipalizados de Castelo Branco e Associação CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro-alimentar de Castelo Branco, uma vez que a restante entidade consolidada não apresentou em 2025 as referidas demonstrações, pelos seguintes motivos:

- A empresa municipal Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, aplica o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não se enquadra na Norma de Contabilidade Pública 26, não tendo por esse motivo a obrigatoriedade de elaborar as referidas demonstrações orçamentais;

- No âmbito do processo de adoção do SNC-AP, a Associação CATAA procedeu à implementação da Contabilidade Patrimonial em 2023. Em 2023 e em 2024 a entidade, patrimonialmente procedeu à conversão do referencial anterior (SNC-ESNL) para SNC-AP, não tendo implementado a contabilidade orçamental nestes anos. A aplicação da Contabilidade Orçamental, nos termos da NCP 26, teve início em 2023, mas apenas foi concretizada em 2025. Ainda assim, este processo de transição para a contabilidade orçamental revelou diversas limitações operacionais e técnicas, nomeadamente ao nível da adaptação dos procedimentos contabilísticos, da parametrização dos sistemas de informação e da produção do relato orçamental exigido pelo SNC-AP, pelo que o ano de 2025, em termos orçamentais, e no que respeita aos montantes da CATAA está limitado.

Relatório e Parecer do
Revisor Oficial de Contas
E
Certificação Legal de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Castelo Branco o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Castelo Branco**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas Consolidada que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - Que as contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, XX de junho de 2026

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833 – CMVM n.º 20160459)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Castelo Branco**, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 488 653 milhares de euros e um total de património líquido consolidado de 433 455 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo consolidado de 2 422 milhares de euros), a demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada de fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Castelo Branco** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração das contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025 nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante das contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025 com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreende a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita total de 175 794 milhares de euros e um total de despesa total de 80 720 milhares de euros) e respetivos mapas de execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre as contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que as contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025 foi preparada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Entroncamento, XX de junho de 2026

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n. ° 833, CMVM n. ° 20160459)
0160459)

DRAFT

**RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(Contas Consolidadas)**

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Castelo Branco o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Castelo Branco**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas Consolidada que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - Que as contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 18 de junho de 2026

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833 – CMVM n.º 20160459)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Castelo Branco**, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 488 653 milhares de euros e um total de património líquido consolidado de 433 455 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo consolidado de 2 422 milhares de euros), a demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada de fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Castelo Branco** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração das contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025 nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo

para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante das contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025 com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreende a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita total de 175 794 milhares de euros e um total de despesa total de 80 720 milhares de euros) e respetivos mapas de execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

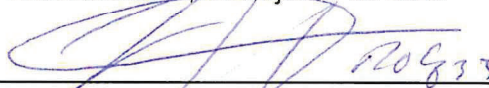
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre as contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que as contas consolidadas do grupo municipal de Castelo Branco 2025 foi preparada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Entroncamento, 18 de junho de 2026



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n. ° 833, CMVM n. ° 20160459)